



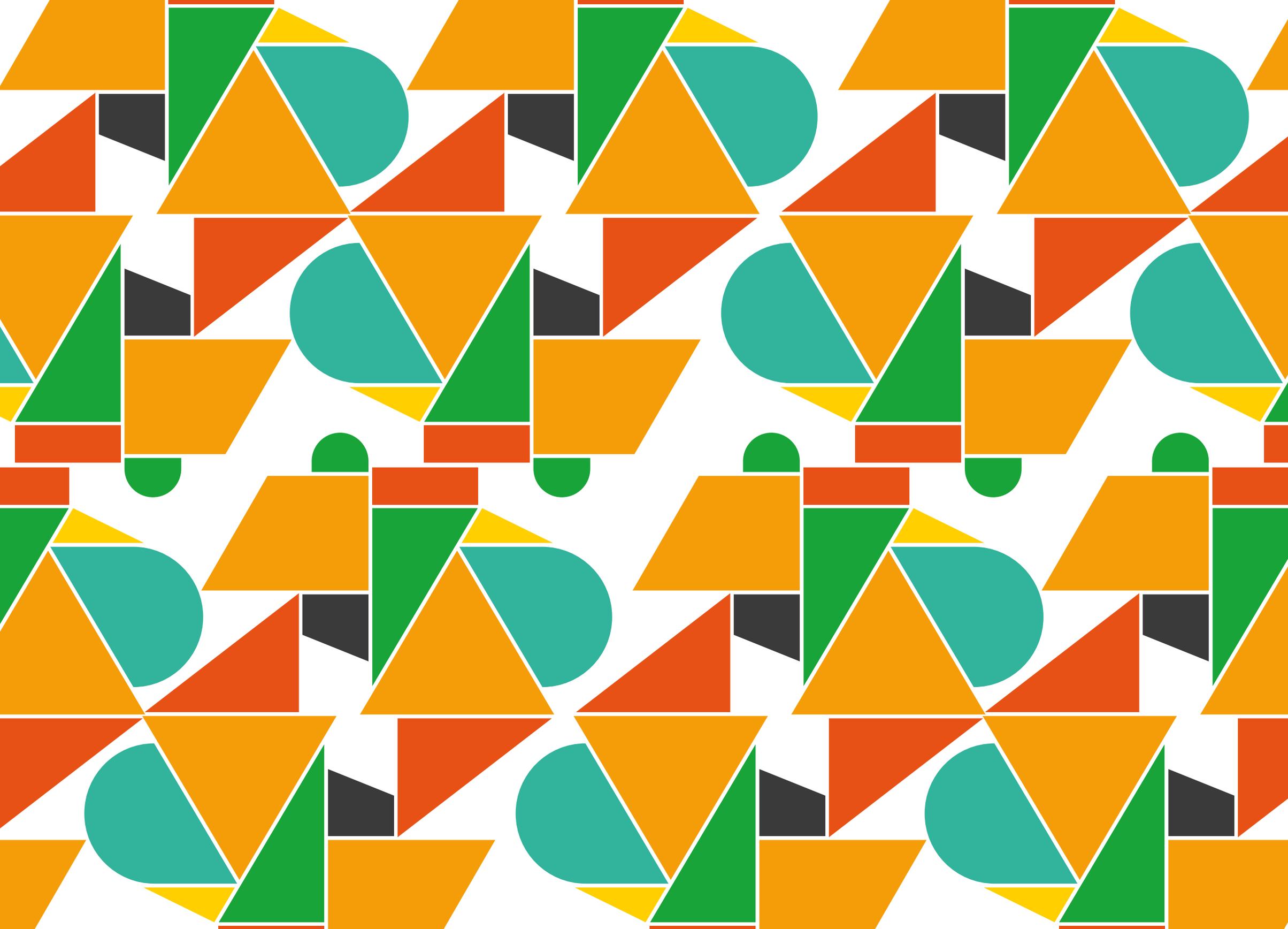
Democracia e o exercício dos
direitos culturais no estado do Ceará.

O Ceará

em estado de conferência



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CULTURA



Secretaria da Cultura
do Estado do Ceará

**4^a CONFERÊNCIA
ESTADUAL DE**

**CULTURA
do CEARÁ**

Fortaleza
2024

Apoio



Realização



MINISTÉRIO DA CULTURA



Democracia e o exercício dos
direitos culturais no estado do Ceará.

O Ceará em estado de conferência

SecultCe
Fortaleza
2024

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Democracia e o exercício dos direitos culturais no estado do Ceará : o Ceará em estado de conferência / Ceará. Secretaria da Cultura ; organização Diana Célia Almeida Gomes, Eliza Gunther, Selma Santiago. -- Fortaleza, CE : Secultce, 2024.

Bibliografia.
ISBN 978-85-8120-017-0

1. Usos e costumes, etiqueta; folclore 2. Cultura - Ceará (CE) 3. Democracia - Brasil 4. Diversidade cultural 5. Políticas e cultura I. Ceará. Secretaria da Cultura. II. Gomes, Diana Célia Almeida. III. Gunther, Eliza. IV. Santiago, Selma.

24-241081

CDD-398.098131

Índices para catálogo sistemático:

1. Cultura popular : Ceará : Estado : Folclore
398.098131

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

I
Ó Senhor do Universo
Criador da criatura
Me enviai inspiração
Dentro da Literatura
Pra falar da Conferência
Das políticas da cultura

II
Vou explicar para o povo
O que é a Conferência
É o encontro de artistas
De costumes e vivência
São políticas culturais
Pra dez anos de existência

III
Garantindo democracia
E o direito à cultura
Este tema que domina
Esta estrada obscura
Norteando os segmentos
Que fazem arte com bravura!

XI
A cultura é importante
No meio da educação
São saberes e fazeres
Que produzem formação
A cultura é base sólida
Que forma um cidadão

XII
A cultura é para todos
Diz a nossa constituição
A cultura de um povo
Diz quem é essa nação
Um país sem cultura
É um país sem direção

Ari Bandeira

Poeta Cordelista

Presidente do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Ocara
| Conferência Municipal de Cultura de Ocara/CE

sumário

Democracia e o Direito à Cultura

Culturalizar a Democracia 11

PARTE 1 – Juntos pela Democracia e pelos Direitos Culturais no Ceará

O Ministério da Cultura na 4ª Conferência Estadual de Cultura 17

Unindo Forças pela Cultura no Estado 22

Conselho Estadual de Políticas Culturais 27

Os Agentes Culturais na Construção de novas Políticas para as Artes e para a Cultura no Ceará 31

A Cidade, o Território e a Participação fazendo do Ceará um Estado da Cultura 34

O Programa Cientista Chefe da Cultura na 4ª Conferência Estadual de Cultura 38

PARTE 2 – Diversos Caminhos, muitos Caminhantes, um mesmo Ponto de Chegada

O Desafio da Mobilização para ampla Participação 46

Quatro Etapas para abraçar Territórios, Setores e Agentes Culturais 54

Conferências Municipais e Intermunicipais: Diversidade de vozes e ampla participação 56

Encontros Setoriais de Cultura: maior número de encontros setoriais do País 64

Conferências Livres de Cultura: arte de ampliar as oportunidades de participação popular 68

Conferência Estadual de Cultura: plenária final 70

Seis Eixos para Refletir, debater e orientar Caminhos 74

PARTE 3 – Olhares a revelarem a Polifonia da 4ª CEC

Ceará de muitas Vozes: reflexões sobre as propostas aprovadas 114

Escrevivências poéticas das Conferências de Cultura no Ceará 122

Participação social e as Conferências de Cultura: o Brasil em estado de conferência 130

Considerações Finais 149

Referências Bibliográficas 155

ANEXOS

4ª Conferência Estadual de Cultura: propostas estaduais, nacionais e setoriais 162

EXPEDIENTE 176



Democracia e o direito à
cultura



“Culturalizar a Democracia”

A Secretaria da Cultura do Ceará celebra a realização da 4ª Conferência Estadual de Cultura do Ceará (CEC)! Após mais de uma década de ausência, o Ministério da Cultura fez uma grande convocação nacional para retomada das Conferências da Cultura em todo o Brasil. Realizada em parceria com o Conselho Estadual de Política Cultural do Ceará (CEPC), a Conferência foi um marco importante no processo de reconstrução das Políticas Culturais no Brasil, ao reafirmar a necessidade de aprofundar a conexão com os diversos territórios, populações e expressões da nossa rica e potente diversidade cultural.

Com o tema “Democracia e o Direito à Cultura”, a realização das Conferências fortalece os princípios democráticos que regem nossa sociedade e a importância das políticas culturais para construção da cidadania e da própria democracia. A 4ª CEC proporcionou um espaço plural para a troca de ideias, experiências e perspectivas entre gestores estaduais, municipais e sociedade civil, com representações das 14 regiões cearenses e de praticamente todos os municípios, com mais de 600 pessoas presentes ao longo de toda Conferência.

Reafirmamos nosso compromisso com a promoção da cultura como um direito fundamental de todos os cidadãos e cidadãs. Em um momento crucial para a retomada das políticas culturais, após a recriação do Ministério da Cultura (MinC), a conferência se revela como um espaço fundamental para o diálogo, a reflexão e a construção coletiva de estratégias para que a cultura seja elemento central no desenvolvimento do nosso Ceará e do nosso Brasil. A Conferência é o espaço de co-criação entre poder público e sociedade civil, com a missão de potencializar a cultura como um processo social capaz de integrar a nação brasileira. Visa fortalecer a democracia para a construção de um debate sobre memória coletiva que fecunda a garantia de direitos por gerações, reafirmando corpos políticos e suas identidades. Neste sentido, o cerne desta conferência é a escuta e construção de políticas públicas capazes de promover o bem estar social, garantindo o protagonismo da sociedade civil.

Luisa Cela de Arruda Coêlho
Secretária da Cultura do Ceará



Banda de Pifanos de Aquiraz



Juntos pela Democracia e
pelos Direitos Culturais no

ceará



O Ministério da Cultura na 4ª Conferência Estadual da Cultura no Ceará

O Ministério da Cultura (MinC) é responsável pelo planejamento e pela execução das políticas nacionais de Cultura e das Artes. Recuperou o status ministerial por meio do Decreto nº 11.336, de 1º de janeiro de 2023. A estrutura da Pasta inclui novos órgãos de assistência direta e imediata, sob o olhar e a direção da Ministra Margareth Menezes. Atualmente, o MinC conta com 26 Escritórios Estaduais, em todas as unidades da Federação; 7 Secretarias (Secretaria Executiva; Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural; Secretaria de Direitos Autorais e Intelectuais; Secretaria de Economia Criativa e Fomento Cultural; Secretaria de Formação, Livro e Leitura; Secretaria do Audiovisual; Secretaria dos Comitês de Cultura), 4 Órgãos Colegiados (Conselho Nacional de Política Cultural; Comissão Nacional de Incentivo à Cultura; Comissão do Fundo Nacional da Cultura; Conselho Superior do Cinema) e 7 Entidades Vinculadas (Agência Nacional do Cinema; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Instituto Brasileiro de Museus; Fundação Biblioteca Nacional; Fundação Casa de Rui Barbosa; Fundação Cultural Palmares e Fundação Nacional de Artes).

Hoje, este importante Ministério refundado pelo governo do Presidente Lula se soma aos estados e municípios para reconstrução do Sistema Nacional da Cultura. Um sistema que seja capaz de articular e dar mais segurança e previsibilidade ao setor cultural, reconhecendo os profissionais e instituições atuantes, apontando novos caminhos para o fomento, e adequando a legislação ao setor.

O apoio direto e simplificado aos estados e municípios traduz-se através de novas instâncias administrativas. Entre elas, podemos citar o exemplo da Secretaria dos Comitês de Cultura, que tem a frente a Secretária Roberta Martins e tem, por exemplo, uma Diretoria específica e dedicada a dar Assistência Técnica a estados e municípios, a DAST, e a DAG (Diretoria de Articulação e Governança), que faz a gestão dos Escritórios Estaduais do MinC nos estados.



O Escritório Estadual do Ministério da Cultura no Ceará (EECE) se soma a esta nova estrutura e vem realizando ações desde junho de 2023. Conta em sua equipe com a coordenadora Andrea Vasconcelos e a chefe de divisão Erika Carvalho, além dos servidores federais Bruno Leonardo, Thiago Rodrigues Juorcele Lima. Seguindo as orientações das políticas federais, começou suas ações pelo acompanhamento das conferências municipais realizadas nos municípios cearenses. O EECE participou ativamente de todo o processo de construção da 4ª Conferência Nacional de Cultura e de todas as suas etapas, através de parcerias com a Secretaria de Cultura do Ceará (SECULT-CE) e com as gestões municipais.

O estado do Ceará realizou 167 conferências municipais, 1 conferência intermunicipal, o que resultou em 415 delegados eleitos. Além disso, houve 26 encontros setoriais, com 26 pessoas eleitas delegadas, gerando cerca de 3 mil proposições. O EECE participou de 29 conferências municipais nas seguintes cidades: Acaraú, Acopiara, Alcântaras, Apuiarés, Aracati, Caucaia, Chorozinho, Eusébio, Fortaleza, Fortim, Guaramiranga, Hori-

zonte, Icapuí, Icó, Iguatu, Irauçuba, Itaiçaba, Jaguaratama, Limoeiro Do Norte, Maracanaú, Morada Nova, Orós, Pacatuba, Pacoti, Paraipaba, Redenção, Russas, São Gonçalo do Amarante e Sobral. Das 14 regiões do Ceará, o EECE esteve em 8: Litoral Norte, Litoral Oeste/Vale do Curu, Litoral Leste, Centro Sul, Maciço De Baturité, Vale Do Jaguaribe, Grande Fortaleza e Sertão De Sobral. Esteve presente em 1 conferência intermunicipal, 10 setoriais, 1 conferência livre, 1 pré-conferência livre e 1 audiência pública, totalizando 43 ações. Na Conferência Estadual de Cultura, participou da Comissão de Organização Estadual (COE), conduziu o debate do encontro das setoriais e realizou, ainda um tira-dúvidas com os gestores presentes sobre as políticas do Ministério da Cultura, com foco na Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) e na execução da Lei Paulo Gustavo (LPG).

Em 2024, realizou, com as Secretarias de Desenvolvimento Agrário e de Cultura do Estado, a Conferência Temática “Cultura e Povos das Águas, Campo e Floresta, em Fortaleza”, que antecedeu o momento final com a realização da 4ª Conferência Nacional de Cultura

(4ª CNC) em Brasília/DF.

Este importante momento consolidou o intenso processo de reuniões e de escutas em todo o território nacional, tendo como tema central “Democracia e Direito à Cultura”. Entre os objetivos dessa nova plenária nacional, destacam-se três: o de promover o debate sobre as políticas culturais, com ampla participação da sociedade, visando fortalecer a democracia e a garantia dos direitos culturais em todos os âmbitos da federação; potencializar a adesão dos estados e municípios ao Sistema Nacional de Cultura - SNC, e debater sobre a divisão de atribuições entre os entes federados. Acompanhamos os preparativos e as reuniões, junto ao Sistema MinC, para conduzir e acompanhar a Delegação do Ceará que seguiu com 60 delegados para este importante momento da política cultural do País.

Nosso marco legal para falar sobre participação no âmbito da sociedade civil é a Constituição de 1988. As constituições anteriores não imputam ao estado o dever de garantir direitos fundamentais ao cidadão. A constituição de 1988 teve uma grande participação da sociedade em sua construção. Propostas populares eram enviadas e grupos de movimentos sociais e entidades se envolviam em discussões com os deputados do Congresso Nacional, em Brasília. E assim foram escritas mais de 200 páginas e por volta de 1,6 mil dispositivos, com ênfase nos direitos humanos. Criado este paralelo para falar da retomada de governos democráticos, trazemos os resultados da Conferência Nacional, onde a Ministra da Cultura, Margaret Menezes, abriu os trabalhos da Plenária Final, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília. Antes, os delegados e delegadas presentes na etapa nacional dividiram-se em seis eixos temáticos, analisando 84 propostas e elegendo as 30 prioritárias que definirão os rumos das políticas públicas de cultura para o Brasil nos próximos 10 anos, resultado do agrupamento das discussões iniciadas nos territórios dos mais de cinco mil municípios brasileiros. A partir deste momento, a reformulação dos planos de cultura é o nosso próximo passo.

Estamos falando do retorno de políticas que têm como prioridade a participação social. A Conferência é um dos elementos do Sistema Nacional de Cultura, e a gestão pública gera política para atender seus públicos fins, por isso o pensa-



mento de um sistema faz muito sentido em governos democráticos. O sistema cria uma inter-relação entre órgãos e agentes, entre poder público e sociedade civil. Esse é o caminho que se apresenta e está sendo reconstruído para consolidar articulações possíveis, para que o direito à cultura seja materializado e, em uma realidade mais próxima, seja executado de forma plena e contínua.

Estamos vivenciando também um importante momento para consolidar pactuações entre os entes da federação, dividindo competências e trabalhando na perspectiva da complementaridade. Este momento é de escutar, de sintetizar, de organizar e planejar. Todos estes passos vão auxiliar e definir a geração de políticas públicas qualificadas e socialmente responsáveis a partir de demandas concretas para o setor da Cultura.

Andrea Vasconcelos
Equipe Escritório Estadual do MinC no Ceará

Unindo
forças
 pela
Cultura
 no Estado



Sesc e Secult-CE na 4ª CEC

No fim de 2023, a 4ª Conferência Estadual de Cultura do Ceará (CEC) surgiu com a proposta de ser mais um impulso para o fortalecimento das políticas culturais no estado. Com o tema “Democracia e o exercício dos direitos culturais no Estado do Ceará”, mais de 600 representantes municipais e setoriais, eleitos com a validação da Secretaria da Cultura do Ceará (Secult Ceará), por meio da Coordenadoria de Articulação Regional e Participação (Copar), marcaram presença no encontro, sediado no Sesc Iparana Hotel Ecológico.

Desta ocasião saíram 60 delegados e delegadas que representaram o Ceará na 4ª Conferência Nacional de Cultura, realizada no último mês de março, em Brasília.

Sediando o relevante evento em seu espaço físico, com imenso orgulho e satisfação, o Sesc pôde colaborar para esse encontro, resultado tangível de um diálogo frutífero entre o poder público e a sociedade civil, um testemunho do compromisso conjunto pela valorização e promoção das nossas manifestações culturais.

Gostaria de expressar minha profunda gratidão ao Governo do Ceará, por reconhecer a importância vital da cultura em nossa identidade coletiva e por sua parceria contínua conosco, da Fecomércio Ceará e do Sesc, nesta jornada rumo à democratização e ao acesso pleno aos direitos culturais. Juntos, e seguindo a orientação de nosso presidente, Luiz Gastão, nesse modelo de fazer cultura por intermédio das pessoas, pudemos escrever um novo capítulo na história cultural do nosso estado, fortalecendo assim o tecido social que nos une.

Ao longo dos anos, temos investido incansavelmente na promoção da diversidade cultural em cada canto do Ceará. A Mostra Sesc Cariri de Culturas é um exemplo vivo desse compromisso. Tal evento não apenas celebra as riquezas artísticas do Cariri, mas também serve como um farol, guiando-nos na expansão desse intercâmbio cultural para outras regiões do estado.

Ressaltamos o compromisso permanente do Sesc na contínua promoção da cultura ao lado do Governo do Ceará e de todos os nossos parceiros para

garantir que continue sendo uma força viva e pulsante em nosso estado. Nosso objetivo é claro: tornar a cultura permanentemente acessível a todos os cearenses, independentemente de sua localização geográfica ou condição socioeconômica. Através desse compromisso, estamos não apenas preservando nossas tradições, mas também moldando o futuro da antropologia cultural em cada território, enriquecendo nossa compreensão da diversidade humana e fortalecendo o senso de pertencimento de cada comunidade.

Henrique Javi

Diretor Regional SESC-CE



Conselho Estadual De Políticas Culturais

Desde 2016 o setor cultural brasileiro enfrentou, além dos desdobramentos da crise do desastroso governo de Michel Temer, o deserto causado pela extinção do Ministério da Cultura e desmonte da política cultural no Brasil, no (des)governo do inominável, tudo isso agravado pelos efeitos da pandemia do covid-19. Uma sequência de fatos que interferiu duramente na vida dos fazedores e fazedoras de cultura que, graças à resistência que lhes é peculiar, conseguiram alcançar o outro lado da margem.

E é neste contexto que o setor cultural se torna decisivo na escolha de governantes em estados, municípios e na esfera federal, com a clara decisão de se juntar na reconstrução da cultura brasileira.

No Ceará, o Conselho Estadual de Política Cultural, CEPC, foi o porto de chegada das demandas e inquietações das linguagens culturais, além de lugar de discussão e direcionamento da política pública de cultura, visando ampliar e dar visibilidade à diversidade do fazer cultural cearense. Foi durante a construção de propostas para a execução dos recursos federais da Lei Aldir Blanc 1, Lei Paulo Gustavo e, agora, da PNAB, que vivenciamos a importância do diálogo permanente entre fazedores e gestores de cultura.

Tivemos nestes últimos anos uma mobilização gigantesca envolvendo entidades da sociedade civil e do poder público, juntos no alicerce para a efetivação da política cultural em cada canto do estado. Foi assim para a realização das conferências municipais e setoriais de cultura. E o resultado foi uma participação de 95% dos municípios na construção da política cultural do Ceará para os próximos 10 anos, durante a 4ª Conferência Estadual de Cultura.

O CEPC esteve presente nas comissões de organização e execução da 4ª CEC, e constatou o resultado de um trabalho voluntário e árduo deste colegiado e da gestão da Secult CE, através de suas coordenadorias e quadro de servidores. Mas foi a 4ª Conferência Nacional de Cultura que nos deu a dimensão da mobilização do setor cultural no Brasil, com uma multidão que se juntou, discutiu e propôs caminhos para o plano Nacional de cultura, numa clara demonstração de que a participação social já é uma realidade na construção da política cultural do Brasil para a próxima década. Foi também neste



ínterim que o CEPC pôde refletir sobre sua própria estrutura e buscar caminhos para uma maior eficácia do Conselho.

Assegurar a qualificação e a representatividade dos assentos do CEPC e estimular o diálogo e a articulação entre agentes culturais e suas entidades representativas são caminhos para o pleno funcionamento da instância que tem papel fundamental na construção da política pública de cultura no Ceará.

Marilena Lima

Jornalista, Cineasta, Conselheira do Audiovisual e Vice-presidente do CEPC





Os Agentes Culturais na Construção de Novas Políticas para as Artes e para a Cultura no Ceará

O desafio de coordenar a 4ª Conferência Estadual de Cultura, inclusiva, diversa e participativa nos levou à reflexão sobre em qual ambiente cultural nos encontramos. Quem são os agentes atuantes neste campo, quais suas perspectivas, como são organizados e como são feitos os diálogos para que o resultado dos diversos momentos de participação se torne, efetivamente, um retrato de nossa realidade e suas mais importantes demandas no campo cultural.

Movida por esta instigação, a equipe da Coordenadoria de Políticas para as Artes (COARTE) desenvolveu uma metodologia que buscasse contar com a presença efetiva do Conselho Estadual de Políticas Culturais (CEPC) e com a maior participação possível de agentes culturais nos Encontros Setoriais, conforme orientado pelo Ministério da Cultura em sua convocatória para a 4ª Conferência Nacional de Cultura (4ª CNC).

Segundo o documento do MinC, deveriam ser realizados 18 Encontros Setoriais, sendo que alguns destes setores organizam-se de forma diferenciada em nosso estado, além de outros que não foram indicados no documento ministerial. Assim, contando com a participação direta de Conselheiros de cada um dos segmentos existentes em nosso estado, ampliamos para 26 o número de Encontros Setoriais, sendo este o maior número de Encontros realizado no País, destacando mais uma vez a capacidade de fazer política cultural de nosso povo.

Buscando atender a todo o estado do Ceará, promovemos os Encontros de forma virtual, mas com uma preparação anterior, com apresentação de propostas a serem discutidas e validadas nos Encontros, otimizando assim o tempo e qualificando os trabalhos a serem desenvolvidos. Deste modo, conseguimos mobilizar mais de 500 agentes do campo cultural e, ao final, foram apresentadas mais de 600 propostas que, após discussão e seleção, totalizaram 52 propostas prioritárias a serem leva-



das tanto para a 4ª CNC quanto para a 4ª CEC.

Este formato de envio das propostas antecipadamente aos Encontros possibilitou uma maior participação, considerando que tivemos duas fases: do envio de propostas e dos momentos dos Encontros, o que promoveu uma ampliação no escopo de leitura do ambiente cultural e possibilitou uma melhor participação popular.

O material apresentado, rico em sua legitimidade, é uma importante fonte para a futura construção dos Planos Setoriais das Artes, de responsabilidade da Coarte, e nos serve também como um documento histórico onde fica registrada a vigorosidade política do campo cultural cearense, através da inclusão de segmentos não indicados pelo MinC, mas que compõem o CEPC. Ao todo, tivemos Encontros Setoriais das áreas de Arquivos, Dança, Artes Visuais, Áreas Técnicas, Artistas Negres e Periferics, Música, Arte Digital, Livro, Leitura e Literatura, Museus, Artesanato, Expressões artísticas e culturais Afro-brasileiras, Design, Culturas Indígenas, Culturas Populares, Circo, Patrimônio Imaterial, Arquitetura e Urbanismo, Patrimônio Material, Teatro, Rede Cultura Viva, Audiovisual, Produtores/as Culturais, Humor, Performance, Povos Ciganos e Moda.

Muitas das propostas apresentadas pelos agentes culturais cearenses colaboraram para a elaboração do documento final das Conferências Estadual e Nacional, o que nos dá a sensação, não apenas de dever cumprido, mas sim de estar iniciando um grande processo de transformação na política para as artes no Ceará.

Selma Santiago

*Coordenadora de Políticas para as
Artes - COARTE*



A cidade, o Território e a Participação fazendo do Ceará um Estado da Cultura.

*“Afagar a terra
Conhecer os desejos da terra
Cio da terra, a propícia estação
E fecundar o chão”*

Milton Nascimento
e Chico Buarque

As Conferências Municipais de Cultura deram início à construção da 4ª Conferência Estadual da Cultura sob a força do fato de que as políticas públicas de cultura surgem no território do município. Começamos nosso percurso no dia 18 de agosto de 2023, na cidade de Massapê (Região do Sertão de Sobral) e encerramos no dia 30 de outubro de 2023 na cidade de Limoeiro do Norte (Região do Vale do Jaguaribe). Massapê é sinônimo de terra argilosa e fértil, de onde brotou um processo potente de afirmação do território como lugar de construção da cultura.

Foram 167 (cento e sessenta e sete) conferências municipais realizadas, além de 10 (dez) municípios contemplados na etapa intermunicipal realizada pela Secult Ceará. Nessa jornada de 74 (setenta e quatro) dias, percorremos 29.872 quilômetros de estrada, enfrentando o sol e as adver-

sidades, mas com o coração quente como o clima do sertão, por estarmos assentando um novo paradigma de condução das políticas de cultura, com os pés fincados no território e a cabeça ancorada nos ideais de democratização da cultura e efetivação dos direitos culturais.

O estado do Ceará liderou o índice nacional de Conferências Municipais da Cultura realizadas, segundo os dados do Ministério da Cultura. A 4ª Conferência Estadual da Cultura do Ceará (4ª CEC) contou com a presença de representantes de 97% dos municípios cearenses, mais de 600 pessoas presentes e 2.994 propostas discutidas em 24 grupos, imprimindo diversidade, participação e alegria, legitimando a presença dos municípios de todas as macrorregiões cearenses e demarcando um importante momento de encontros, debates e reflexões sobre a política cultural a curto, médio e longo prazo.

Sem jamais perder a dimensão do papel do território na constituição do ecossistema da cultura, atravessando do sertão ao mar; do campo à cidade e incluindo todas as cores, raças, etnias, gerações e orientações de sexo e gênero, a realização da 4ª Conferência Estadual de Cultura se configurou como uma oportunidade concreta de diálogo entre o Governo e a Sociedade Civil, legitimando a participação social e a pactuação entre os entes federativos na área da cultura, além de promover a elaboração de diretrizes que de fato avancem na democratização do acesso à cultura e na efetivação dos direitos culturais com a cara e a diversidade do povo brasileiro.

Com a certeza de que não haverá outro caminho que não seja pelas estradas, ruas, veredas, praças e pessoas, assumimos o desafio de bordar fio a fio, tecendo uma colcha de retalhos que no seu todo tenha a capacidade de aquecer corações e mentes, projetar sonhos, mover estruturas e transformar realidades, sendo o Ceará, o Estado da Cultura a iluminar continuamente o Brasil.

Francisco Fábio Santiago

*Coordenador de Articulação Regional e
Participação - COPAR*



O Programa Cientista Chefe da Cultura na 4ª Conferência Estadual da Cultura no Ceará

As Conferências Municipais, Estaduais e Nacional de Cultura têm imensa importância para a história das políticas culturais brasileiras nos últimos 20 anos. A área da cultura só teve quatro conferências nacionais desde que ela se tornou objeto de políticas públicas mais elaboradas, durante o Governo Vargas (1930-1945): a 1ª Conferência em 2005, a 2ª em 2010, a 3ª em 2013 e, uma década depois, a 4ª. Ainda que sem uma periodicidade definida, foram momentos fundamentais para o campo cultural. Cada um desses ciclos de Conferências representou um momento de culminação do processo de construção e democratização das políticas públicas de cultura no Brasil, quando a sociedade civil e os diferentes níveis de governo puderam discutir e definir prioridades e diretrizes para uma ação coordenada e efetiva do poder público no setor cultural.

Sua dimensão política e social é reconhecida pela capacidade de reunir múltiplos agentes, movimentos e gestores culturais, distribuídos em diferentes linguagens, identidades e territórios, representando o público, o privado e o terceiro setor, para discutir, deliberar e pactuar o futuro da política cultural nos três níveis de governo e também dos setores que são por ela atravessados e potencializados, como trabalho, economia, educação, infância, juventude, diversidade, entre tantos outros. As Conferências mostram os caminhos pretendidos por estado e sociedade civil para avançar na realização da cidadania cultural. Por elas e a partir delas começa o trabalho político de todos nós.

É nas Conferências que se pode experimentar a pulsão de vida da democracia, capaz de engendrar o pensar e o querer coletivos como verdadeiros vetores para a efetivação das normas constitucionais que instituem os direitos culturais. Esses direitos são fundamentais para a dignidade humana e para a própria construção de uma sociedade livre, justa, solidária e inclusiva, sendo, portanto, de acesso pleno a todas as pessoas e um dever



de ação estatal. Não por acaso, o tema da 4ª CEC, em simetria com a Nacional, foi justamente **“Democracia e o exercício dos direitos culturais no Estado do Ceará”**.

Toda essa potência democrática na construção das políticas públicas de cultura foi plenamente vivenciada e registrada pela equipe do Programa Cientista Chefe da Cultura (PCC Cult)¹, a partir do convite feito para integrar a Coordenação Executiva da 4ª Conferência Estadual de Cultura do Ceará, trabalhando ativamente tanto no processo de validação das Conferências Municipais, instância prévia à 4ª CEC, quanto na construção da metodologia de discussão e definição das propostas entre as pessoas delegadas nos diferentes eixos temáticos da Conferência. Também houve a participação de alguns membros do PCC Cult na 4ª Conferência Nacional, atuando como palestrantes, observadores e integrando a comissão da Secretaria da Cultura.

A equipe do Programa esteve presente antes, durante e depois da realização da 4ª Conferência Estadual de Cultura. Envolveu-se nas discussões preparatórias da Comissão Executiva da 4ª CEC, organizou a metodologia junto às Coordenadorias da SECULT/CE (COARTE, COPAR, CODIP e CODAC), acompanhou os debates nos grupos temáticos e na plenária da Conferência, avaliou os erros e acertos do processo junto aos organizadores, registrou e discutiu internamente o intenso aprendizado que resultou dessa participação. Sem dúvida, houve um salto na capacidade de compreensão das políticas de cultura no estado do Ceará, nas formas de sua construção democrática e

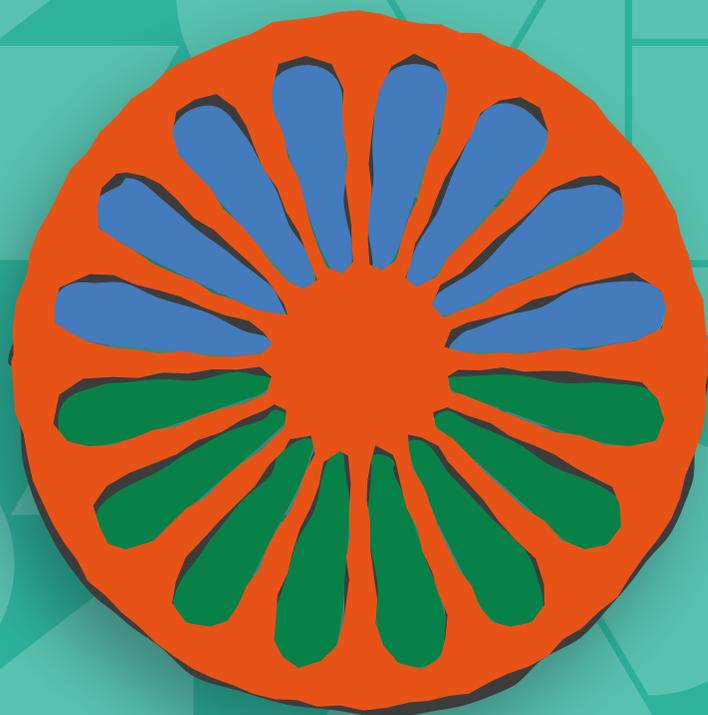
¹ Trata-se do Projeto “Cultura, inovação e inclusão social no Ceará” que integra o Programa Cientista Chefe da FUNCAP. O Projeto reúne pesquisadores de sete universidades atuantes no Ceará para interagir diretamente com a gestão pública. Busca-se, assim, encontrar soluções inovadoras para implementação das políticas culturais, a partir de demandas definidas em conjunto com a Secretaria da Cultura do Estado, tais como o desenvolvimento de modos de avaliação e de indicadores culturais, ações afirmativas, sistemas de fomento, digitalização de acervos e patrimônio material edificado e desenvolvimento de sistemas informacionais para a gestão da cultura, entre outros.

de seus desafios, impulsionando o próprio Programa Cientista Chefe da Cultura a ampliar sua perspectiva de inovação e inclusão cultural.

O cenário que precedeu e envolveu a 4ª CEC foi bastante rico e complexo. Entre outros aspectos, houve, no plano nacional, a retomada da institucionalidade da cultura, inclusive com a recriação do MinC pelo Governo Federal, a aprovação da PNAB, prevendo um robusto orçamento para a Cultura distribuído em 4 anos, e a reestruturação do sistema de fomento à cultura por meio do Decreto 11.453/2023. No plano estadual, destaca-se a preocupação com a regionalização das políticas culturais no Ceará e com a revisão da legislação estadual de cultura, culminando com a edição da Lei Orgânica da Cultura (Lei 18.012/2022). Ainda, a cooperação entre os entes federados tornou-se essencial para a execução da PNAB e da LPG, mostrando que muitos municípios precisaram (e ainda precisam) compor alguma institucionalidade mínima em relação à cultura, pensando seus Conselhos, Fundos e Planos de Cultura em diálogo com os movimentos, grupos e agentes culturais locais. A realização das Conferências Municipais de Cultura, instância prévia à Conferência Estadual, teve adesão de 97% dos municípios cearenses, resultando em 2.994 propostas trazidas para discussão na 4ª CEC. Isso mostra um interessante movimento de municipalização da cultura como tema de interesse político no Ceará, sendo esse um elemento essencial para o desenvolvimento de políticas culturais futuras no estado. Por fim, o trabalho das Conferências fortalece e estimula a estruturação e o funcionamento dos Sistemas de Cultura, tanto em nível nacional (Lei 14.835/2004, art. 7º, III), quanto estadual (no Ceará, pela Lei 18.012/2022, art. 5º, III, e art. 28) e municipal, em um momento político de construção e consolidação de políticas de estado para a Cultura no país.

Prof Dr. Alexandre Barbalho
Profa Dra. Zaneir Gonçalves Teixeira
Programa Cientista Chefe da Cultura





Diversos Caminhos, muitos
Caminhantes, um mesmo

**ponto de
chegada**

O desafio da
Mobi
Liza
ção
para uma ampla
parti
cipa
ção



Governo e sociedade juntos numa coordenação compartilhada

Não por acaso o governo totalitário que se instaurou no Brasil, no período de 2019 a 2022, fez suas mais fortes investidas no desmonte das políticas públicas de cultura e nos mecanismos que conferiam institucionalidade às mesmas. Conquistas decorrentes de um processo de mobilização, amparado por um governo comprometido com a defesa da democracia, participação popular, diálogo, respeito à diversidade, combate ao preconceito e às desigualdades sociais, indicavam caminhos para um Brasil mais inclusivo, tolerante, justo e equânime. Se por um lado a negação, perseguição e estímulo a violência contra agentes, manifestação e segmentos culturais ocasionou grande sofrimento, por outro, fortaleceu a consciência da necessidade de luta, resistência e busca permanente por maior institucionalidade dos mecanismos de controle e participação social. Neste sentido, a urgência do fortalecimento das políticas culturais e dos canais de participação e controle social tornaram-se mais evidentes.

O Ceará viveu, no mesmo período, um cenário político oposto ao nacional. Compreendendo a cultura como uma pasta estratégica para o Governo, para o cidadão e para a sociedade, o estado conquistou no âmbito cultural, avanços significativos no que se refere a mobilização e participação social em todos os seus aspectos. E, distintamente de outros entes da federação, o Governo Estadual ampliou o orçamento e investimento para as políticas culturais. Mesmo com todo o esforço empreendido pelo poder público estadual, o corte de repasses de recursos federais, os efeitos da pandemia e a própria crise política nacional tiveram seus efeitos no campo cultural. Especialmente nos municípios. Se aquele era o momento de resistir, agora era chegada a hora de mais fortemente “esperançar” no próprio sentido a que nos convoca Paulo Freire: “Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo”. Esperançar não na espera, e sim, na ação. Não no individualismo, e sim no coletivo,



não na negação do outro, mas na aceitação das diferenças. E foi com este espírito que a equipe da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará (Secult Ceará), por meio da Coordenadoria de Articulação Regional e Participação (Copar), iniciou o processo de mobilização para a 4ª Conferência Estadual, articulando parceiros que contribuíram para que a Conferência cumprisse a sua missão de reunir governo e sociedade civil para debater e decidir as prioridades na política pública de cultura.

Com a consciência de que uma democracia participativa exige ações de mobilização, e que organizar os sujeitos em torno dos temas de interesse público no campo da cultura é o meio mais eficaz para ampliar a atuação política dos diversos agentes e segmentos da sociedade neste campo, foi criada a 4ª Conferência Estadual de Cultura – CEC, uma Comissão Organizadora Estadual – COE, a qual orientou o trabalho da Coordenação Geral da 4ª CEC, composta pelas Coordenadorias de Articulação Regional e Participação (COPAR) e a Coordenadoria de Políticas para as Artes (COARTE). Estas coordenações lideraram um processo que contou com o SESC Ceará como correalizador. A efetiva parceria do Conselho Esta-

dual de Políticas Culturais (CEPC) foi fundamental para assegurar ampla participação de todos os segmentos culturais. A expertise do Programa Cientista Chefe da Cultura, uma iniciativa pioneira coordenada pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap), a qual mobiliza a inteligência acadêmica para as aplicações diretas das teorias, metodologias, ferramentas e outros produtos na gestão pública, contribuiu para a eficácia dos métodos e técnicas utilizados na Conferência para que ela atingisse seus objetivos.

A COPAR atuou no processo de mobilização e diálogo com gestores municipais, tendo como resultado a realização de 167 Conferências Municipais e uma Conferência Intermunicipal com participação de 10 cidades, correspondendo a 97% de cobertura dos municípios cearenses. A COARTE impulsionou a realização de 26 encontros setoriais, conduziu as frentes de conteúdo, metodologia, infraestrutura e produção da 4ª CEC.

O processo da 4ª CEC Ceará foi deflagrado e orientado pela Portaria nº 148 / 2023, que, de acordo com o previsto no Art. 13, foi constituída por:

I. Etapas Municipais ou Intermunicipal – de 07 de setembro a 30 de Outubro de 2023

II. Conferências Livres – de 07 de setembro a 30 de Outubro de 2023

III. Encontros Setoriais – de 07 de setembro a 08 de Dezembro de 2023

IV. Conferência Estadual – de 30 de Novembro a 03 de Dezembro de 2023

Observado o cronograma acima, os resultados das etapas preliminares contabilizaram ao todo 196 ações de participação social, sendo: 01 Conferência Intermunicipal; 02 Conferências Livres (áreas técnicas e hip hop); 26 Encontros Setoriais e 167 Conferências Municipais, que formularam diretrizes e pautaram as discussões e propostas da 4ª CEC, discutidas durante a realização da Etapa Estadual.

O cronograma previsto em Portaria estabeleceu etapas da 4ª CEC, que mobilizou agentes culturais públicos e da sociedade civil. Esse processo contou com a participação total de 11.336 pessoas, sendo 10.873 participantes das Conferências municipais e da Conferência intermunicipal e 463 participantes dos Encontros Setoriais. Somam-se a isso as reuniões da Comissão Organizadora Estadual (COE), da Coordenação Estadual Executiva (CEE), além do Conselho Estadual de Políticas Culturais (CEPC).





Reisado do Garajal –
Guerreiros de Jorge

Quatro Etapas para Abraçar Territórios, Setores e Agentes Culturais



Entre os anos 2019 e 2022, o Brasil viveu uma descontinuidade das políticas públicas de cultura e a consequente ameaça da garantia dos direitos culturais. Foi um período marcado por um regime político autoritário, avesso ao livre pensamento e à ciência, com a extinção do Ministério da Cultura (MinC) e dos conselhos federais, fragilizando, assim, a participação social no controle das políticas públicas. Em sentido oposto a esse cenário autoritário, o Ceará manteve uma agenda pública com institucionalização das políticas culturais, investimentos e avanços aos direitos, consagrando-se, nacionalmente, como referência em gestão de cultura.

A retomada de uma agenda democrática no Brasil, sob o slogan “União e Reconstrução”, do Governo Federal, oferece ao setor cultural novas possibilidades e desafios. Sob essa perspectiva, deve-se compreender a ampliação dos direitos culturais, incorporando na agenda das políticas públicas a retomada e o aprofundamento da participação social, concedendo aos entes culturais o amplo direito de participar e incidir sobre os rumos da política. A fala da atual ministra da Cultura, Margareth Menezes (2023), traduz bem a relevância das Conferências de Cultura após estes episódios antidemocráticos.

[...] A Conferência é a nossa instância máxima de participação e do exercício da democracia. Aliás, o exercício pleno da democracia passa pelo direito à cultura como um direito de cidadania e de livre expressão de criação e do pensamento. A Conferência Nacional de Cultura é justamente o ambiente para as múltiplas vozes da diversidade brasileira.

No Ceará, essa dimensão contribuiu com o fortalecimento dos conselhos municipais de políticas culturais e com a formulação de mecanismos de participação combinando as dimensões de linguagens artísticas, territórios e sujeitos de direitos. Nesta perspectiva, foi necessário consultar, ouvir e assumir o compromisso de respeitar as decisões coletivas, alargando a combinação entre direitos humanos e direitos culturais, com a inclusão de povos do campo, das águas, das florestas, povos e comunidades tradicionais, povos indígenas, pessoas com deficiência, comunidades LGBTQIAPN+, mulheres, crianças, adolescentes, juventudes e pessoas idosas ao acesso às políticas culturais.





Conferências Municipais e Intermunicipais de Cultura: Diversidade de vozes e ampla participação

De 07 de setembro a 30 de outubro de 2023

Havia um tempo em que diziam que o interior era terra arrasada, mas as Conferências Municipais de Cultura, que deram início à construção da 4ª CEC, demonstraram o contrário. O percurso começou no dia 18 de agosto de 2023, na cidade de Massapê, sinônimo de terra argilosa e fértil, de onde brotou um processo potente de afirmação do território como lugar de debate das políticas de cultura.

Foram 167 (cento e sessenta e sete) conferências municipais realizadas, além de 11 (onze) municípios contemplados em uma etapa intermunicipal. Nessa jornada de 74 (setenta e quatro) dias, foram percorridos 29.872 quilômetros de estrada, enfrentando o sol e as adversidades, mas com o cora-

ção quente como o clima do sertão, assentando um novo de condução das políticas de cultura, com os pés fincados no território e a cabeça ancorada nos ideais de democratização da cultura e ampliação dos direitos culturais.

A extinção do Ministério da Cultura, em 2019, deu início a desinstitucionalização e perda com impacto direto nas cidades. As secretarias municipais de cultura foram reduzidas a coordenadorias, iniciando o processo de desaparecimento das gestões públicas municipais de cultura e desmonte dos sistemas. A crise sanitária de 2020, com a pandemia da COVID 19, teve forte impacto sobre o setor cultural. O setor cultural foi o primeiro a parar e o último a voltar. Resistimos, nos articulamos e conseguimos, por meio da força coletiva e inigualável capacidade de mobilização dos agentes e coletivos de cultura, bradar um grito que ecoou nacionalmente e fez nascer a Lei Federal nº 14.017/2020, conhecida como Lei Aldir Blanc (LAB), tornando-se em 2023 Política Nacional pela Lei nº 14.399/2022. Para muitas cidades, foi a primeira vez em que chegou um aporte financeiro para fomento às políticas públicas culturais. Era como se a chuva tivesse chegado no solo seco do sertão.



O MinC, refundado em 2023, permitiu outra importante conquista do setor cultural, a regulamentação da Lei Complementar 195 de 2022, a Lei Paulo Gustavo (LPG), resultado da permanente mobilização e articulação do setor e aprovada ainda no mesmo ano de sua criação. O Ceará teve adesão maciça à LPG, totalizando os 184 (cento e oitenta e quatro) municípios cearenses.

A convocação da 4ª Conferência Nacional de Cultura e da 4ª Conferência Estadual de Cultura se configuram como oportunidade concreta de escuta, diálogo entre Governo e Sociedade Civil, participação social, repactuação entre os entes federativos e sobretudo de elaboração de diretrizes que de fato avancem na democratização do acesso à cultura e ampliação dos direitos culturais, com a cara e a diversidade do povo brasileiro, do sertão ao mar; do campo à cidade; de todas as cores, orientações sexuais, gêneros, raças, etnias, gerações, sem jamais perder a dimensão do papel do território na constituição do ecossistema da cultura. Por isso o desafio de bordar fio a fio, tecendo uma colcha de retalhos grandes e pequenos, mas que, no seu todo, tenha a

capacidade de aquecer corações e mentes, projetando sonhos, movendo estruturas e transformando realidades. Não haverá outro caminho que não seja pelas estradas, ruas, veredas, praças e pessoas. Dessa forma, daremos solidez ao tão sonhado Ceará Estado de Cultura.

As etapas municipais se configuraram como um vigoroso processo de mobilização e diálogo, demonstrando a capilaridade das políticas culturais no Ceará. Noventa e sete por cento (97%) dos municípios cearenses foram contemplados, o que colocou o Ceará na liderança do ranking nacional de Conferências Municipais da Cultura realizadas em todo país. A Secult Ceará promoveu uma ampla articulação de dirigentes, conselhos municipais de cultura, agentes culturais e movimentos sociais, contribuindo com o debate sobre as políticas culturais com efetiva participação da sociedade. Os encontros, orientados pela Secretaria da Cultura do Ceará (Secult Ceará), viabilizaram o debate entre sociedade civil e entes governamentais para a construção coletiva de políticas, programas e ações que devem ser desenvolvidas no setor pelos próximos anos. Ao final, foram contabilizadas as participações de mais de 10 mil pessoas e apresentadas quase 3 mil propostas discutidas por agentes públicos e da sociedade civil, e o que se viu foram verdadeiras festas da democracia nos municípios.

97%

dos municípios
cearenses realizaram
conferências

167

Conferências Municipais
e 01 Conferência Inter-
municipal (com partici-
pação de 11 cidades)

10.873

participantes nas Con-
ferências Municipais e
Intermunicipal

3.000

propostas discutidas



“ Ser eleita com todo esse processo democrático é uma felicidade. Quando abri o mapa e vi o Ceará, tinha apenas cinco ou seis municípios que não tinham realizado a conferência, disse a mim mesma: existe aqui algo extraordinário. É um grande exercício de cidadania e escuta, pois todo mundo fala a mesma linguagem, mas de um ponto de vista diferente.”

Christiane Gonçalves
(Sobral)



Encontros Setoriais de Cultura: maior número de encontros setoriais do País

De 07 de setembro a 30 de outubro de 2023

A cultura, dada a sua complexidade, exige, para o pleno exercício democrático, variadas formas de escutas para a configuração de políticas públicas e modelo de gestão que atendam os anseios da população. Considerando a importância dos Conselhos em todo ou qualquer processo de articulação, mobilização, participação e controle social, o Conselho Estadual de Política Cultural do Ceará – CEPC, teve uma presença efetiva em todas as etapas da 4ª Conferência Estadual de Cultura, especialmente na articulação e mobilização dos Encontros Setoriais.

Os Encontros Setoriais no Ceará celebraram a articulação e mobilização dos/as agentes culturais para a deliberação de propostas e eleição de delegados/as para a 4ª CEC. A partir do reconhecimento de 26 representações setoriais, tendo como referência as 18 Setoriais do MINC (legitimados através de Planos específicos) e 8 setoriais complementares, em respeito aos assentos do Conselho Estadual de Políticas Culturais – CEPC, o estado com seus Encontros Setoriais, realizou o maior número destes Encontros no país. A escolha política pela ampliação das representações setoriais no Ceará é a afirmação e o reconhecimento de categorias, linguagens e seus/suas agentes em busca do fortalecimento de seus setores. Garantimos, dessa maneira, maior participação e engajamento, aproximando e valorizando artistas e demais trabalhadores/as da cultura vinculados/as às setoriais.

A Coordenadoria de Política para as Artes - COARTE (SECULT-CE) foi a responsável pela realização dos Encontros Setoriais, com apoio do Escritório do MinC do Ceará. Foram mobilizadas mais de 500 pessoas que, ao longo dos meses de outubro e novembro de 2023, se

inscreveram através de formulários eletrônicos e contribuíram com mais de 600 propostas para a realização dos 26 Encontros Setoriais das áreas de Arquivos, Dança, Artes Visuais, Áreas Técnicas, Artistas Negres e Periferics, Música, Arte Digital, Livro, Leitura e Literatura, Museus, Artesanato, Expressões artísticas e culturais Afro-brasileiras, Design, Culturas Indígenas, Culturas Populares, Circo, Patrimônio Imaterial, Arquitetura e Urbanismo, Patrimônio Material, Teatro, Rede Cultura Viva, Audiovisual, Produtores/as Culturais, Humor, Performance, Povos Ciganos e Moda.

As propostas apresentadas, nesta etapa, foram sistematizadas e cada setorial elegeu 02 propostas prioritárias, somando 52 propostas dos 26 Encontros Setoriais. Esse material constitui a representação mais próxima das demandas e anseios dos diversos setores e segmentos artísticos e culturais do Ceará, favorecendo o processo de formulação, implementação e acompanhamento das políticas públicas culturais nos âmbitos estadual e nacional e colaboram, ainda, com a elaboração dos Planos Setoriais das Artes do Ceará.

Os dados desta edição apontam a riqueza e diversidade de vozes e ampla participação, tornando a 4ª CEC um momento histórico, com encontros, debates e reflexões sobre os rumos para a política cultural do Ceará.

600

propostas debatidas nas plenárias municipais da 4ª Conferência Estadual de Cultura

26

Encontros Setoriais realizados

463

participantes nos Encontros Setoriais

52

propostas debatidas na plenária final da 4ª Conferência Estadual de Cultura

62

delegados/delegadas representarão o Ceará na 4ª Conferência Nacional de Cultura



Conferências Livres de Cultura: arte de ampliar as oportunidades de participação popular

De 07 de setembro a 30 de outubro de 2023

Sempre com o propósito de ampliar a participação popular, a Secretaria da Cultura do Ceará, de forma inédita, integrou as etapas da 4ª CEC incluindo a etapa das conferências livres. Espaços que possibilitaram a ampliação da participação social para os debates e para a formulação de propostas em torno do tema da Conferência “Democracia e o exercício dos direitos culturais no estado do Ceará”, bem como, para a eleição de pessoas delegadas. Vale ressaltar que as conferências livres não tinham como propósito competir com, e nem substituir, a realização das etapas municipal, setorial e estadual, mas, sim, complementá-las abrindo mais espaços à participação social.

As duas conferências livres ocorridas no Ceará foram bastante simbólicas no que se refere a abrir o leque de possibilidades de engajamento dos diferentes atores estratégicos na construção de um novo paradigma em políticas públicas para a área cultural. Diferentemente das etapas ofi-



ciais, as Conferências Livres não precisavam seguir formalidades como quórum mínimo, representatividade por segmentos ou eleição de delegações. Durante o processo que culminou na 4ª CEC, foram realizadas as conferências livres da área técnica e a de hip hop. As duas foram espaços de deliberação e tiveram seus relatórios agregados à conferência estadual.

2

conferências livres realizadas: 01 área técnica, 01 hip hop

2

propostas aprovadas na 4ª Conferência Estadual de Cultura

62

delegados/delegadas representaram o Ceará na 4ª Conferência Nacional de Cultura

Conferência Estadual de Cultura: plenária final

De 30 de novembro a 03 de dezembro de 2023

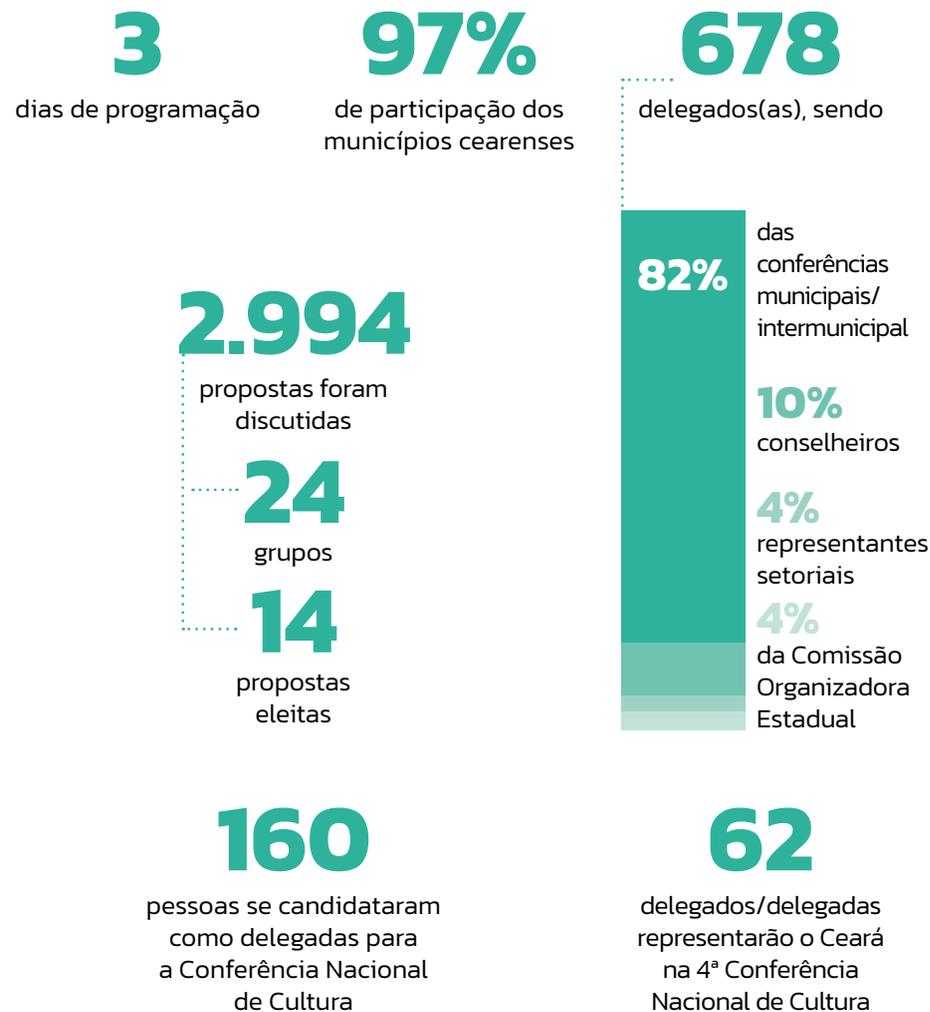
As Conferências Municipais, a Conferência Intermunicipal, as Conferências Livres e os Encontros Setoriais garantiram e legitimaram a realização da Conferência Estadual de forma mais orgânica e democrática. Podemos afirmar, com isso, que a 4ª Conferência Estadual de Cultura começou pelos municípios. Se a vida política e econômica se dá, nos municípios, na relação direta entre as instituições, artistas e demais agentes, a vida cultural também pode ser entendida assim, centrada nas pessoas e nos territórios.

As etapas a que nos referimos anteriormente culminaram na eleição de 678 pessoas delegadas à 4ª CEC (sendo 545 das Conferências municipais e intermunicipal, 30 do CEPC, 26 das Setoriais e 25 da Comissão Organizadora Estadual). O credenciamento da 4ª CEC contabilizou 746 (setecentas e quarenta e seis) pessoas participantes, dentre estas, delegadas, convidadas, observadoras e outros. Estes agentes culturais do poder público e da sociedade civil contribuíram de forma efetiva na definição de diretrizes e propostas que foram levadas para discussão na plenária da etapa nacional.

A conferência no estado cumpriu com seu importante papel de promover o diálogo para a construção de programas e ações a serem desenvolvidas na área cultural. Com a presença de representantes de diferentes segmentos e esferas do poder público e sociedade civil, o encontro ofereceu um ambiente democrático e aberto a discussões e ideias. As propostas estaduais priorizadas coletivamente durante a 4ª CEC serão utilizadas no Plano Estadual de Cultura do Ceará.

A plenária da 4ª CEC elegeu uma delegação de 60 pessoas que representaram o Ceará na 4ª Conferência Nacional de Cultura, além de 2 delegadas eleitas pelo CEPC, sendo uma do poder público e uma da sociedade civil, em conformidade com o regimento da 4ª CNC.

Realizar uma conferência estadual com ampla participação é



mais que utilizar uma ferramenta de gestão moderna. É possibilitar que a cultura desenvolva sua vocação de centralidade dentro das políticas públicas, promovendo um modelo onde a sociedade civil assume a corresponsabilidade nas decisões e condução das políticas públicas onde a governança, o estado de direito, a transparência, a responsabilidade, a orientação por consenso, a igualdade e a inclusividade são elementos primordiais.



Seis Eixos para Refletir, debater e orientar Caminhos

Conferência é a nossa instância máxima de participação e do exercício da democracia. Aliás, o exercício pleno da democracia passa pelo direito à cultura como um direito de cidadania e de livre expressão de criação e do pensamento. A Conferência Estadual de Cultura é justamente o ambiente para as múltiplas vozes da diversidade cearense. A temática da 4ª Conferência foi “Democracia e o exercício dos Direitos Culturais no Ceará” em consonância com o tema geral da 4ª Conferência Nacional “Democracia e Direito à Cultura”. Segundo Humberto Cunha (2018):

Direitos Culturais são aqueles relacionados às Artes, à memória coletiva e ao fluxo dos saberes que asseguram a seus titulares o conhecimento e honesto uso do passado, interferência ativa no presente e possibilidade de previsão e decisão referentes ao futuro, visando sempre, relativamente à pessoa humana, a dignidade, o desenvolvimento e a paz.

O Governo do Ceará reconhece a cultura como pilar estratégico, a partir de três dimensões:



Cultura como Expressão Simbólica - relacionada ao imaginário, às expressões artísticas, práticas culturais e memória. Formadora de subjetividades e fomentadora da imaginação criadora e criativa;



Cultura como Direito de Cidadania - direito de reconhecer-se como sujeito cultural, direito à expressão, criação e divulgação cultural, direito ao acesso e à fruição dos bens culturais, direito à memória histórica, às criações artísticas, tecnológicas e direito à informação e à participação política;



Cultura como Fator Econômico - a economia criativa possibilita não apenas gerar oportunidades de trabalho e renda, mas como melhoria da qualidade de vida.

A 4ª Conferência Estadual de Cultura observou os objetivos específicos e eixos temáticos da 4ª Conferência Nacional de Cultura, previstos nos Art. 2º e Art. 3º da Portaria MinC nº 45, de 14 de julho de 2023:

Art. 2º dos objetivos específicos: I - ampliar o debate com a sociedade sobre o conceito de cultura como política; II - promover a avaliação do Plano Nacional de Cultura - PNC; III - propor diretrizes para a criação de um novo PNC; IV - definir diretrizes prioritárias para garantir transversalidades nas políticas públicas de cultura; V - potencializar a adesão dos Estados e Municípios ao Sistema Nacional de Cultura - SNC; VI - debater sobre a divisão de atribuições entre os entes federados; e VII - construir uma política sociocultural que fortaleça a democracia participativa.

Art. 3º As discussões das etapas da 4ª CNC serão realizadas a partir dos seguintes eixos: I - Eixo 1 - Institucionalização, Marcos Legais e Sistema Nacional de Cultura; II - Eixo 2 - Democratização do acesso à cultura e Participação Social; III - Eixo 3 - Identidade, Patrimônio e Memória; IV - Eixo 4 - Diversidade Cultural e Transversalidades de Gênero, Raça e Acessibilidade na Política Cultural; V - Eixo 5 - Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade; e VI - Eixo 6 - Direito às Artes e às Linguagens Digitais

Visando oferecer suporte para os debates de cada eixo temático, a SECULT-CE produziu um caderno base, no qual o (a) participante da 4ª Conferência Estadual de Cultura do Ceará encontrou embasamento teórico para orientar suas discussões e elaborações em todas as etapas do processo. Dada a relevância do conteúdo apresentado e a contribuição que ele pode oferecer aos diversos públicos do setor cultural e da sociedade em geral, em debates futuros, optamos por reproduzi-los nesta publicação.

Eixo 1 – Institucionalização, marcos legais e sistema nacional de Cultura

Objetivo do Eixo

Debater sobre os diferentes elementos constitutivos dos Sistemas Nacional, Estaduais e Municipais de Cultura, a relação sistêmica entre eles, de modo a vislumbrar e propor processos de institucionalização e marcos legais que assegurem o fortalecimento e continuidade dos sistemas de cultura em todos os seus níveis.

O Sistema Nacional de Cultura está garantido na Constituição Federal no Artigo 216-A desde 2012, e deve ser o garantidor do pleno exercício de direitos culturais, o que ainda não foi plenamente efetivado. Para que isso aconteça é fundamental que seja fortalecido por muitas formas, entre elas, pela aprovação do Projeto de Lei 9474/18, que regulamenta o SNC e se encontra no Congresso Nacional, ainda não aprovado. Compreendemos que a Lei do Sistema será base fundamental para a efetivação do pacto federativo da cultura em nosso país (Documento Base - 4º Conferência Nacional de Cultura - Ministério da Cultura, 2023).

O tema da 4º Conferência Estadual de Cultura é “Democracia e o exercício dos Direitos Culturais no Ceará”, em consonância com a Conferência Nacional, que afirma que o exercício pleno da democracia passa pelo direito à cultura como um direito de cidadania e de livre expressão de criação e do pensamento.

As discontinuidades e os esvaziamentos vivenciados no decorrer da história no que diz respeito às políticas públicas de cultura dão ênfase na necessidade de progredir na institucionalização da gestão cultural no Brasil, aprofundando o debate sobre normas, instrumentos legais, instituições, instâncias de participação, programas, projetos, entre outros elementos dedicados à cultura, que possam concorrer para a organização e a gestão do setor cultural. É premente afirmar que o Sistema Nacional de Cultura, e todos os elementos que o compõem, não podem ser um fim

em si mesmo, o sentido de sua existência reside na garantia dos direitos culturais a toda população.

O Sistema Nacional de Cultura (SNC) — segundo o artigo 216-A da CF de 1988, incluído pela Emenda Constitucional nº 72 de 2012 — consiste em um sistema organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, por meio de um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade. E tem como objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais. A Constituição Federal divide a estrutura do SNC em nove elementos que devem coexistir nos Sistemas Estaduais e Municipais de Cultura:



Portanto, avançar no processo de institucionalidade da cultura diz respeito, necessariamente, à retomada das discussões sobre o Sistema Nacional de Cultura e a necessidade de uma organização estruturante da

gestão pública de cultura, de forma descentralizada e articulada em nível nacional, estadual e municipal para prover melhores condições para o desenvolvimento cultural.

A institucionalização da cultura remete à necessidade de se construir um cenário estável para as políticas públicas de cultura, de modo a promover as devidas condições ao desenvolvimento duradouro das ações voltadas para os diferentes eixos e segmentos das políticas culturais, sem ofender a diversidade cultural e os preceitos democráticos.

O estado do Ceará — antes mesmo da Emenda Constitucional 71/2012 — instituiu o Sistema Estadual de Cultura por meio da Lei 13.811/2006. Em 2016, assegurou a aprovação da Lei nº 16.026/2016 que instituiu o Plano Estadual de Cultura do Ceará (PEC), que incumbe ao Poder Público a responsabilidade de promover a institucionalização das políticas culturais, visando à execução de políticas públicas para a Cultura e à organização das instâncias consultivas.

Em 2022, a Secult Ceará, por meio da aprovação da Lei Orgânica da Cultura (Lei nº 18.012, de 01 de abril de 2022), atualiza e moderniza o Sistema Estadual da Cultura, que tem por finalidade a formulação, promoção e gestão das políticas públicas de cultura de forma democrática e em regime de colaboração com os entes da Federação e a Sociedade Civil, para promover os direitos culturais e o desenvolvimento humano, social, econômico e sustentável. Além do regramento sobre todos os componentes do Sistema, esta norma dispõe ainda sobre o Regime Próprio de Fomento à Cultura, consistindo num conjunto de instrumentos jurídicos autônomos passíveis de celebração entre os/as agentes culturais e o poder público com vistas à consecução das políticas públicas de fomento cultural. Trata-se de construir um sistema jurídico que proteja e respalde as políticas culturais relativas às artes, à memória coletiva, à transmissão dos saberes, à participação social e ao financiamento da Cultura, por meio de um conjunto de ações que contribuam para a organização e a gestão do setor cultural.

No estado do Ceará, 100% dos municípios fizeram adesão à Lei Paulo Gustavo, o que significa dizer que, assim como o Governo do Estado, todos os municípios cearenses que ainda não possuem seus Sistemas





constituídos, devem fazê-lo no prazo de 12 (doze) meses a contar da assinatura do Termo de Adesão da LPG. Portanto, é fundamental assegurar estratégias para preencher as lacunas dos Sistemas, como fortalecer os órgãos gestores da cultura; criar legislações específicas para o setor cultural e atualizar as existentes; criar conselhos de política cultural e fortalecer os existentes; organizar os sistemas de informações e indicadores culturais. A Secult Ceará criou o PRO-SIEC - Programa de Fortalecimento dos Sistemas Municipais de Cultura que visa articular e prestar apoio técnico aos municípios.

Com a constituição dos Sistemas, é fundamental que se avance no pensamento e definição das políticas de forma compartilhada em todos os níveis da federação, base fundamental para a efetivação do pacto federativo da cultura em nosso país. Considerar, também, aspectos relacionados às perspectivas da diversidade, essenciais ao campo da cultura - como gênero, raça e etnia, além das múltiplas demandas dos territórios, considerando as muitas especificidades e diferenças regionais do estado.

Dessa forma, o Eixo 1 - Institucionalização, Marcos Legais e Sistema Nacional de Cultura busca estabelecer diferentes elementos constitutivos que colaborem diretamente para o Sistema Nacional de Cultura, para o Sistema Estadual de Cultura e para os Sistemas Municipais de Cultura, de acordo com a realidade do estado do Ceará. Devem ser pautados temas como os meios legais de fortalecimento da atuação dos Órgãos Gestores da Cultura, a implementação dos Conselhos de Política Cultural, a realização das Conferências de Cultura, a instauração das Comissões Intergestores, a elaboração dos Planos de Cultura, o funcionamento dos Sistemas de Informações e Indicadores Culturais, a implantação dos Programas de Formação na área da cultura e a concretização dos Sistemas Setoriais de Cultura.

Vale salientar que é de extrema importância tratar Orçamento e Financiamento Público como instrumentos de gestão, de responsabilidade compartilhada entre as instâncias administrativas. Que, por sua vez, podem fortalecer os Sistemas de Financiamento Público de Cultura por meio do debate sobre os Orçamentos Públicos, Fundos de Cultura e Incentivos Fiscais.



Eixo 2 - Democratização do acesso à Cultura, territórios e participação social

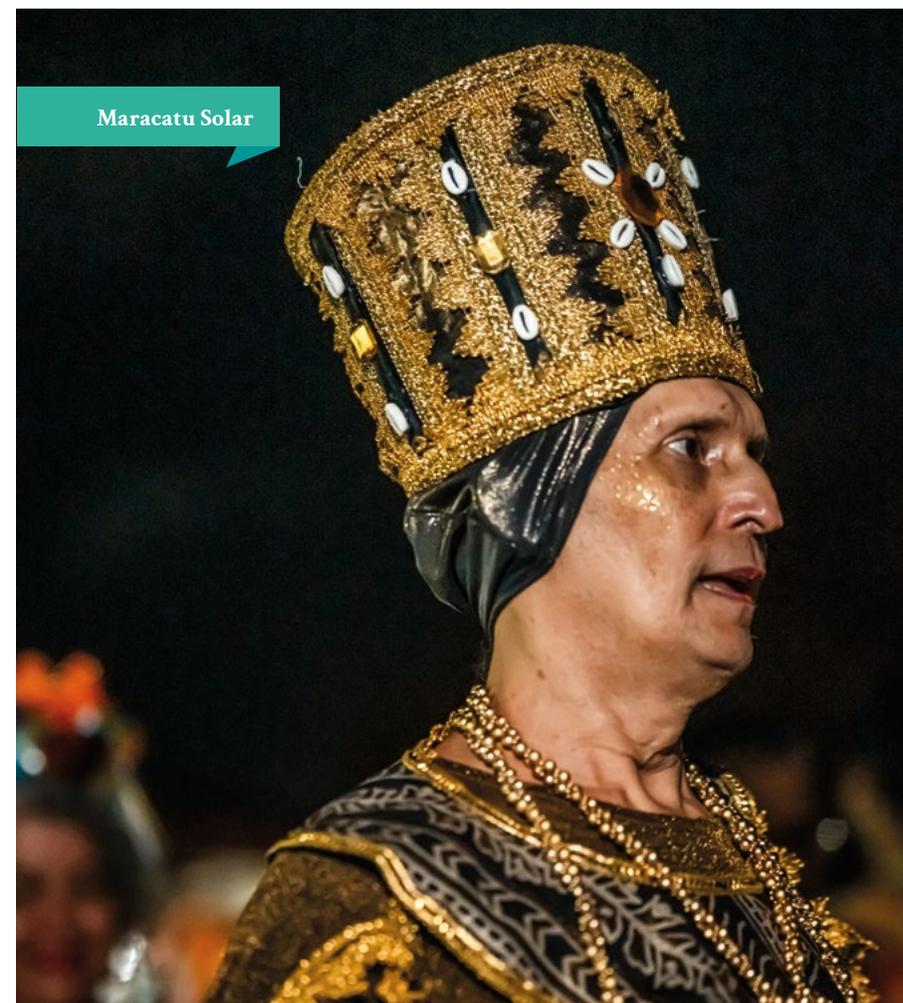
Objetivo do Eixo

Debater e reforçar o lugar da participação social como força motriz de nossa democracia e valorizar o protagonismo da Sociedade Civil na elaboração, no acompanhamento e no controle social das políticas públicas.

As dimensões de gênero e raça, o segmento das pessoas com deficiência, os aspectos da inclusão social de grupos e povos historicamente minorizados e discriminados agregam potência à pauta das políticas culturais, e trazem um novo tipo de emergência: a democratização do acesso à cultura e a adoção de políticas de participação e representação como indispensáveis para efetivar ações concretas para a superação de desigualdades, por uma sociedade mais justa e igualitária (Documento Base - 4ª Conferência Nacional de Cultura - Ministério da Cultura, 2023)

A participação social e a democratização do acesso à cultura são princípios basilares previstos na Constituição Federal de 1988. A participação e a escuta social são compreendidas como instrumentos indispensáveis para a construção da cidadania e para a democratização do acesso à cultura. É indispensável assegurar mecanismos de participação e controle social na construção de políticas públicas para materializar os componentes estruturantes do Sistema Nacional de Cultura.

A participação social é um eixo estruturante do Sistema Nacional e Estadual de Cultura. Essa ferramenta também impulsionou as elaborações dos Planos Nacional e Estadual de Cultura, que preveem formas de gestão compartilhada entre Governos e Sociedade Civil. Foi essa perspectiva que norteou a constituição do Conselho



Maracatu Solar

Nacional de Políticas Culturais e do Conselho Estadual de Políticas Culturais como órgãos colegiados, cuja finalidade é atuar na formulação de políticas públicas, na definição de prioridades orçamentárias e no controle social.

Os fóruns, já citados anteriormente, também integram a base dos sistemas de cultura. No Sistema de Cultura do Ceará, os fóruns constituídos funcionam como espaço de articulação e debate, na

condição de instância consultiva sobre a gestão de políticas para as Artes. Destaca-se, ainda, o advento dos Fóruns Regionais de Cultura e Turismo, que têm a finalidade de integrar propostas para o desenvolvimento da Cultura e do Turismo a partir da priorização de demandas e proposição de políticas, constituindo um modelo de gestão participativa, descentralizada e com foco no desenvolvimento regional e sustentável.

A retomada de uma agenda democrática no Brasil oferece, ao setor cultural, novas possibilidades e desafios. Sob essa perspectiva, deve-se compreender a ampliação dos direitos culturais, incorporando na agenda das políticas públicas a retomada e o aprofundamento da participação social, concedendo aos entes culturais o amplo direito de participar e incidir sobre os rumos da política.

Consultar, ouvir e assumir o compromisso de respeitar as decisões coletivas deve ser a tônica da gestão cultural desse novo período, alargando a combinação entre direitos humanos e direitos culturais, com a inclusão de povos do campo, das águas, das florestas, povos e comunidades tradicionais, povos indígenas, pessoas com deficiência LGBTQIAPN+, mulheres, crianças e idosos, no acesso às políticas de cultura. E também a execução da política cultural de uma forma transversal com as demais políticas públicas (educação, segurança, ciência e tecnologia, meio ambiente, direitos humanos, igualdade racial, povos indígenas, diversidade e cidadania, dentre outros).

No Ceará, essa dimensão deve nortear a constituição de comitês setoriais, mas também contribuir com a formulação de mecanismos de participação e decisão, como o Conselho Estadual de Políticas Culturais, combinando as dimensões de linguagens artísticas, territórios e sujeitos de direitos.

Portanto, o lugar da vida com particularidades, singularidades e diversidades das vivências que transcendem o tempo, no entrelaçamento dos saberes e ciências transmitidas de geração em geração — saber-fazer, saber-viver e saber-ser, que traduz a afirmação do lugar no mundo — é uma construção social, baseada na transmissão de saberes socializada entre gerações.

Reisado do Garajal –
Guerreiros de Jorge





Eixo 3 – Identidade, patrimônio e memória

Objetivo do Eixo

Estimular o debate a respeito do direito à memória, ao patrimônio cultural e aos museus valorizando as múltiplas identidades que compõem a população cearense e brasileira, os bens culturais expressivos da diversidade étnica, regional e socioeconômica e as narrativas silenciadas e sensíveis da história nacional, de modo a contribuir para a preservação de seus valores democráticos.

Aquilo que é propriedade nacional, do povo - edifícios, monumentos, coleções, documentos - convive com as formas de expressão, a cultura popular, o saber-fazer, a diversidade cultural, étnica e religiosa do país, justapondo significados e ativando disputas legítimas e democráticas. É um olhar para a vida, para a produção de sentido e para a nossa sociedade. Lidar com a diversidade cultural brasileira pressupõe preservar e promover o patrimônio de diferentes segmentos sociais. O direito à memória ganha centralidade numa sociedade democrática e interessada na reparação de processos históricos que silenciaram vozes da diversidade étnica e cultural do país (Documento Base - 4ª Conferência Nacional de Cultura - Ministério da Cultura, 2023)

O conceito patrimonial presente no Ceará reúne o patrimônio material e imaterial, ambos organizados por instrumentos jurídicos, para salvaguardar um conjunto de bens físicos de natureza material, de valor histórico e cultural, e os bens de natureza imaterial, manifestados pela cultura popular e tradicional.

O Governo do Ceará avançou significativamente, nos últimos anos, no fortalecimento institucional e jurídico-normativo das políticas de patrimônio cultural. A política do patrimônio cultural e memória é formada pelos Sistemas Setoriais do Patrimônio — Sis-

tema Estadual de Museus e Sistema Estadual de Arquivos — que visam ações envolvendo os municípios e as instituições com atuação no campo do patrimônio.

É fundamental que as ações no âmbito do patrimônio cultural estejam alicerçadas na Constituição Federal de 1988 e na sanção da Lei Estadual nº 18.232/2022 que cria o Sistema Estadual de Patrimônio Cultural (SIEPAC) e visa implementar as ações voltadas à promoção, à proteção e à realização da gestão do patrimônio cultural no âmbito do estado, de forma integrada e participativa com os municípios do Ceará, a Sociedade Civil e a União, com vistas à implementação e ao desenvolvimento da política de preservação.

A proteção e salvaguarda do direito à memória e a identidades são garantidas pela CF de 1988, por meio do Art. 216, que define o patrimônio nacional como “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

A Secretaria da Cultura do Estado do Ceará tem a responsabilidade de promover o reconhecimento, a proteção e a valorização da diversidade dos conhecimentos, dos fazeres e expressões das culturas populares e tradicionais no Ceará e conceder a titulação dos Tesouros Vivos da Cultura, que contempla Mestres e Mestras da Cultura, grupos e coletividades.

É dever do estado estabelecer estratégias e recursos e, com a colaboração da comunidade, promover e preservar os monumentos históricos e espaços públicos tombados no estado do Ceará. Entende-se que o bem preservado tem mais chance de ser explorado economicamente e desfrutado com qualidade pelos cidadãos. Além disso, ele condiciona o valor turístico ao patrimônio cultural cearense, por meio do desenvolvimento de rotas, fortalecimento do turismo local, estruturação de equipamentos, produção de comunicação adequada, entre outros.

Eixo 4 - Diversidade cultural e transversalidades de gênero, sexualidade, raça e acessibilidade na política Cultural

Objetivo do Eixo

Fortalecimento e criação de mecanismos que assegurem a proteção e a promoção da diversidade das expressões artísticas e culturais e a garantia de direitos, reconhecendo e valorizando as identidades e os territórios culturais e a construção da acessibilidade na política cultural.

Apenas celebrar a diversidade não é o suficiente. Por isso, é fundamental uma reflexão crítica sobre a proteção e promoção da diversidade brasileira que reconheça o racismo, a existência das relações de poder, diferenças e desigualdades entre sujeitos, grupos e territórios que ocupam posições sociais distintas na sociedade (Documento Base - 4ª Conferência Nacional de Cultura - Ministério da Cultura, 2023)

O Ceará possui uma destacada trajetória de luta em defesa dos direitos humanos, da valorização da dignidade humana, da participação cidadã, do combate à discriminação e à não violência, entre outras. O reconhecimento da identidade e da diversidade é transversal ao acesso aos bens culturais como parte das políticas culturais, como valorização e fruição do acesso aos bens culturais, por meio da significação, apropriação e concepção das vivências e práticas culturais, identitárias e ancestrais, que transcendem o tempo, no entrelaçamento dos saberes, tecnologias e ciências transmitidas, por intermédio do corpo memória-linguagem.

A Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, por meio de ações afirmativas e de acessibilidade, vem implantando políticas públicas em atenção à diversidade de gênero, sexualidade, raça, etnia, pessoas com deficiência, infância, adolescência, juventude e pessoas idosas, mediante a transversalidade com as políticas culturais — da Economia da Cultura; da Políticas para as Artes; do Livro, leitura e literatura; do Patrimônio



cultural e memória; do Conhecimento e formação e da Gestão, inovação e comunicação. O princípio da diversidade cultural é um valor primordial na identidade organizacional da Secretaria e se traduz como diretriz e objetivo da Lei 16.026/2016, que institui o Plano Estadual de Cultura. Nesse sentido, seu principal objetivo é combater desigualdades, promover uma diversidade plural e criar oportunidades de acesso aos agentes culturais, historicamente excluídos das políticas culturais, buscando construir uma composição mais representativa dos territórios do nosso estado de forma regional. Vale destacar que como atuação dos movimentos sociais na política cultural, as políticas de cidadania e diversidade cultural, a promoção da cidadania, as políticas de ações afirmativas e de acessibilidade cultural ganharam relevos, a partir dos corpos dissidentes na construção de um corpo político na formulação e atuação das políticas públicas.

Foi instituído o Comitê de Políticas Culturais Indígenas, o Comitê



de Expressões Culturais Afro-brasileiras e o Grupo de Trabalho em Acessibilidade Cultural como instâncias de participação social e construção coletiva das políticas públicas. Entendemos toda essa pluralidade, buscamos a valorização de toda essa população como sujeitos histórico-culturais e de direitos no âmbito do patrimônio cultural, da diversidade cultural, das mais diversas manifestações da cultura tradicional e popular, com temática relacionada ao combate às violências e a plena promoção da cidadania.

Para melhor compreensão sobre a importância da diversidade cultural, é necessário considerar o acesso aos bens culturais neste país e no estado. A política de ação afirmativa surge para fortalecer e reconhecer grupos de pessoas que se encontram em condição de subalternidade, buscando atuar frente às desigualdades e seus aspectos históricos. Assim, a política pública deve se pensar a partir de diretrizes capazes de enfrentar o racismo, o etnocídio, o sexismo, a LGBTQIA+fobia, o capacitismo, o racismo religioso, o etarismo e a falta de acesso aos bens culturais.

Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição, nos termos do Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.

Povos Originários: são pessoas que se autodeclaram como indígenas e que comprovem o vínculo de parentesco e pertencimento ao povo e ou etnia de origem, sendo reconhecidas como membro de sua coletividade, nos termos da Convenção nº. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

População Quilombola: são pessoas pertencentes a território quilombola, com vínculos parentais e comunitários de pertencimento e identidade cultural própria como expressão dos costumes e modo de vida da comunidade. O território é a base da reprodução física, social, econômica e cultural da coletividade

População negra: são pessoas que se autodeclaram como pessoa negra (preto e pardo), observadas as referências utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com impedimentos gerados pelo racismo em decorrência da própria estrutura social, política e econômica, submetidas à banca ou comissão de heteroidentificação.

População LGBTI+: são pessoas de identidade histórico-culturais e de direitos, atuantes nas áreas de patrimônio e diversidade culturais, expressões tradicionais e populares, todas relacionadas a temas como: LGBTI+fobia, direitos LGBTI+, gênero, sexualidade.

Pessoas com deficiência: são pessoas que têm impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Mulheres: o patriarcado se constitui como elemento estruturante das desigualdades sociais. Historicamente, a divisão sexual do trabalho separa e hierarquiza os papéis de homens e mulheres na sociedade, constituindo um sistema que desvaloriza e invisibiliza o trabalho das mulheres e possibilita uma série de privilégios aos homens. A cultura não está isenta dessa dinâmica e, por isso, é necessário pensar políticas de ações afirmativas que valorizem o trabalho das mulheres na Cultura e a participação destas nos espaços de poder e decisão das políticas culturais, permitindo que saiam dos bastidores e ocupem o centro da cena.

Acessibilidade física: os lugares onde ocorrem atividades culturais devem ser acessíveis. Isso significa que pessoas com deficiência devem poder entrar e circular facilmente, inclusive nas áreas de palcos, cabines, banheiros e alimentação. O espaço deve ser confortável e seguro para todas as pessoas.

Acessibilidade comunicacional: toda informação sobre eventos e os conteúdos veiculados devem ser acessíveis, contando com legenda em português para surdos e ensurdecidos (LSE), janela de Libras, audio-





descrição, informações em Braille e Linguagem Simples. É importante também descrever imagens em e-mails ou redes sociais.

Acessibilidade artística: as atividades culturais podem incluir elementos para pessoas com deficiência. Isso pode ser feito de maneiras criativas, como audiodescrição artística, interpretação em Libras integrada a uma apresentação, entre outros.

Atitudes inclusivas: pessoas capacitadas em acessibilidade para atender bem a todas as pessoas. Pessoas com deficiência podem ajudar a planejar atividades culturais acessíveis

Políticas de ações afirmativas: consistem em uma série de medidas voltadas a grupos de pessoas que se encontram em condição de subalternidade. São tecnologias e mecanismos legais de promoção da igualdade e da equidade. Para fortalecimento das ações afirmativas aqui regulamentadas e levando em consideração os três pilares que fundamentam tais políticas — reparação, justiça distributiva e diversidade — serão desenvolvidas ações de enfrentamento e combate ao racismo, machismo,

capacitismo, lgbti+fobia e outras formas de opressão. Ou seja, grupos de pessoas com corporalidades que, historicamente, foram colocados no lugar de subalternidade e de marginalização pela sociedade.

Política de cotas: consiste na reserva de vagas como medida de redução das desigualdades sociorraciais, étnico-raciais e de acessibilidade, visando a garantia de direitos desses grupos discriminados historicamente.

Racismo ambiental: são práticas dos governos e grupos econômicos que desconsideram a relação que os Povos e Comunidades Tradicionais mantêm com os sistemas ambientais e com o ambiente natural, a partir de uma lógica capitalista onde tudo vira mercadoria, uma vez que dentro da cosmovisão dos Povos e Comunidades Tradicionais não há separação de humanos e natureza. O ambiente natural é importante para a continuidade da vida e para a reprodução social, já que esses grupos dependem do ambiente natural, livre das ameaças econômicas, que invadem os territórios tradicionais com discurso desenvolvimentista. O que chega para esses grupos vulnerabilizados indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, camponeses, dentre outros, são negações de direitos humanos e injustiça ambiental.



Eixo 5 - Economia criativa, trabalho, renda e sustentabilidade

Objetivo do Eixo

Ressaltar a importância da cultura para o desenvolvimento socioeconômico no estado do Ceará e do país, por meio de políticas que fortaleçam as cadeias produtivas, as expressões artísticas e culturais, que estimulem a dignidade e a solidariedade nas relações trabalhistas, potencializem a geração de trabalho, emprego e renda, ampliem a participação dos setores culturais e criativos no PIB do país, além de garantir a sustentabilidade econômica de grupos e agentes culturais.

É importante compreender a cultura como um elemento transversal e constitutivo da vida social. Portanto, a relação entre cultura e desenvolvimento deve ser observada de forma ampla e integrada com as dimensões econômica, social, simbólica, ambiental e do clima, como tem sido destacado nas agendas internacionais (Documento Base - 4ª Conferência Nacional de Cultura - Ministério da Cultura, 2023).

A Economia da Cultura e das Indústrias Criativas correspondem a 3,11% do PIB do Brasil e empregam mais de 7,5 milhões de trabalhadores e trabalhadoras, como apontam estudos recentes do Observatório do Itaú Cultural em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O apoio à produção e à circulação de produtos, bens e serviços culturais em escala local e global potencializa a geração de trabalho, emprego e renda para o setor cultural, ampliando ainda mais a participação da Cultura no Produto Interno Bruto (PIB) nacional.

Diante disso, qual o impacto da economia da cultura cearense no PIB estadual? Como esses números se traduzem na realidade local e suas cadeias criativas? A necessidade de planejamento estratégico é acompanhada do desafio de criar e acompanhar indicadores que



orientem as políticas públicas de cultura para fortalecer o setor cultural. Muitos são os desafios para afirmar a cultura na vida social e econômica do estado.

O impacto financeiro da Cultura é o ponto de partida para debatermos a consolidação da economia criativa através valorização das cadeias produtivas, entendendo a multiplicidade e diversidade de agentes envolvidos/as, tanto dos setores formais quanto das economias populares, comunitárias e solidárias.

A sustentabilidade do setor cultural continua sendo um dos principais desafios. As rupturas econômicas são acompanhadas de descontinuidades políticas, atingindo de maneira desigual a Cultura, já fragilizada pela falta de projetos econômicos e políticos de longo prazo. O impacto é ainda maior em regiões periféricas, revelando

que a descentralização dos recursos é fator decisivo para redução das desigualdades regionais.

O fortalecimento do setor cultural e o seu reconhecimento como mecanismo de desenvolvimento social e econômico também está conectado à necessidade de ampliar a oferta de formação e qualificação de trabalhadores e empreendedores do setor. Os/as trabalhadores/as da Cultura precisam consolidar direitos trabalhistas, atenção previdenciária e proteção social. A regulamentação das profissões e a formalização dos postos de trabalho são demandas urgentes para os/as fazedores/as de cultura, que enfrentam grande precariedade e informalidade.

Outro aspecto da sustentabilidade é o fomento. É necessário ampliar e diversificar as fontes de fomento para atender aos arranjos econômicos próprios do Setor Cultural. Sem apoio, a economia criativa não consegue manter suas tecnologias sociais e garantir os direitos culturais daqueles e daquelas que mais precisam, trabalhadores/as da periferia, do campo e de mestres de saberes tradicionais. O fortalecimento da economia criativa tem papel decisivo na promoção do desenvolvimento sustentável, na redução das desigualdades e na defesa pela diversidade cultural, tendo em vista que ela opera superando desafios através da solidariedade, coletividade e criatividade.

É preciso diversificar os mecanismos de financiamento à cultura. O fomento direto e indireto precisa ser planejado de forma complementar a outras iniciativas como, por exemplo, a concessão de crédito, incentivos e subsídios fiscais e a experiência de mobilização social que garantiu a Lei Paulo Gustavo, o novo Decreto de Fomento Cultural e a Política Nacional Aldir Blanc, esta última garantindo recursos pelos próximos 05 anos. São conquistas que precisam de continuidade para se tornarem um ponto de partida para outras iniciativas e políticas de estado. Os municípios, muitos pela primeira vez, experimentaram a execução de recursos específicos para a cultura advindos da União, indicando a possibilidade de instituírem mecanismos de fluxo contínuo de fundo a fundo (nacional, estadual e municipal). Economia e Cultura. Trabalho e Direitos. Renda e Sustentabilidade. Todos aspectos de um mesmo processo, o enraizamento da Cultura na Política.



K'Os Coletivo de Palhaçaria



Feira
Negra
Fortaleza

Eixo 6 - Direito às artes e às linguagens digitais

Objetivo do Eixo

Promover um espaço de diálogo, reflexão e construção coletiva acerca do papel das artes em sua diversidade de fazeres, territórios e agentes, e do acesso às linguagens artísticas e digitais no fortalecimento da democracia na contemporaneidade.

Pensar a arte como forma de manifestação do simbólico, como uma ação humana vinculada essencialmente ao cenário cultural, é perceber que é possível vislumbrá-la por meio de múltiplas linguagens e pelo diálogo transversal entre suas inúmeras expressões. A valorização do fazer artístico não é a única preocupação de políticas culturais, mas pode, e deve, ter um lugar importante no debate geral, proporcionando a ênfase ao estético e ao simbólico dentro do direito à Cultura (Documento Base - 4ª Conferência Nacional de Cultura - Ministério da Cultura, 2023).

A compreensão do direito às artes passa, inicialmente, pelo entendimento da noção de cidadania cultural. O direito à cultura, além de ser considerado um direito fundamental, é também assegurado pela constituição de 1988, como afirma o Art. 215: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”.

Partindo dessa premissa, pode-se perguntar: em que consiste o direito à cultura? Entre outros aspectos, este consiste na possibilidade, por parte dos cidadãos, de ter acesso, de forma livre, tanto aos processos de fruição, como também de produção e difusão cultural. A cidadania cultural, portanto, implica o pleno exercício dos direitos culturais pelas pessoas e, se cabe ao estado garantir o pleno exercício desses direitos, também cabe a ele propiciar as condições



para que estes direitos sejam exercidos.

A produção artística constitui uma das dimensões da cultura. Como tal, as artes, em toda sua diversidade, possibilitam materializações inventivas das experiências e visões de mundo de seus autores. Ao tomar as manifestações artísticas como elemento intrínseco da cultura, podemos deduzir que o direito às artes é uma dimensão constitutiva do direito à cultura, abrangendo, por exemplo, o acesso à fruição artística e à possibilidade da criação artística.

As criações artísticas são manifestações culturais cuja fruição e produção podem ser potencializadas pelo conhecimento histórico, bem como pelo domínio de técnicas, métodos, materiais, tecnologias e saberes específicos, entre outros elementos. Cada linguagem artística, com suas especificidades, constitui portanto, uma área de conhecimento próprio. Para o exercício pleno do direito

às artes, o acesso ao ensino das artes deve ser garantido a todas as pessoas, em distintos níveis, pois é a partir de tais processos formativos que a fruição e a produção artística serão realizadas de forma mais plena e qualificada.

Dessa forma, faz-se necessário discutir e implementar políticas que garantam condições para que o direito às artes seja usufruído de forma cada vez mais ampla pela população. Tais políticas devem garantir o acesso a mecanismos que viabilizem boas condições para a produção artística, o amplo e democrático acesso à fruição das artes, assim como à possibilidade de formação artística, no ensino básico, em instâncias de formação profissionalizante de nível médio ou superior, assim como em iniciativas não formais de ensino, que possibilitam a transmissão e o ensino de uma multiplicidade de saberes e fazeres que permeiam a diversidade o campo das artes.

Celebrar e garantir o livre acesso a programas de democratização digital é garantir e ampliar possibilidades de interferência na realidade de forma rápida e acessível, evitando criar uma perigosa dependência de realidades digitais. É aumentar o leque de possibilidades que todo agente cultural em potencial tem diante de um celular, um computador ou qualquer outro aparelho tecnológico de informação e comunicação que pode dar vazão a expressões sentimentais, estéticas e intelectuais dos mais diferentes extratos de uma população democraticamente ativa e diversificada.

Dessa maneira é importante considerar o papel das tecnologias digitais e seu imenso potencial quando aplicadas à formação, à criação e à difusão artística. Neste sentido, há que se promover condições para que essas ferramentas estejam ao alcance de todos, combatendo a exclusão digital e democratizando o acesso ao seu domínio e às possibilidades geradas por estes recursos.

Este eixo, portanto, propõe-se a promover um espaço de diálogo, reflexão e construção coletiva acerca do papel das artes em sua diversidade de fazeres, territórios e agentes, e do acesso às linguagens artísticas e digitais no fortalecimento da democracia na contemporaneidade.





Olhares a revelarem a
Polifonia da

4ª CPC

Ceará de muitas VOZES



Reflexões sobre as propostas estaduais, nacionais e setoriais aprovadas

Em um estado complexo como o Ceará, se ver e se reconhecer por inteiro é prioritário para compreender o todo e cada um. Pois por mais difícil que esse caminho possa parecer, ouvir a sociedade é a base da construção das políticas públicas que não sejam feitas “de cima para baixo”, e que reflitam interesses muito além dos anseios de governos.

As políticas públicas são a totalidade das ações, metas e planos que os governos traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público, podendo ser desenvolvidas em parcerias com organizações não governamentais e, como se verifica mais recentemente, com a iniciativa privada. Por isso, as políticas públicas vão além das políticas governamentais, se considerarmos que o governo não é a única instituição a promovê-las.

Evidentemente, o governo se destaca em relação a outros atores no estabelecimento de políticas públicas, pois competem a ele a formulação e posterior implementação de programas e ações (o que fazer), metas e objetivos (aonde chegar) e estratégias de ação (como fazer) voltadas para setores específicos, e que devem produzir resultados ou mudanças no mundo real. Por isso, quando falamos em políticas públicas, estamos sempre nos referindo às iniciativas sancionadas por governos, embora as atividades dos atores não governamentais possam influenciar e, muitas vezes, de fato influenciam as decisões políticas.

Para formular políticas públicas eficazes e que venham ao encontro da realidade social é preciso construir canais de diálogos com a sociedade, e a realização de conferências é um dos mais importantes instrumentos de oitiva. A realização de conferência na área cultural está prevista na arquitetura jurídica do Sistema Nacional de Cultura (SNC) como espaço de participação social, onde ocorre a articulação entre poder público e sociedade civil, para analisar a conjuntura da área cultural e propor diretrizes para a formulação de políticas públicas de cultura, que devem auxiliar a elaboração ou revisão do plano de cultura.

A I Conferência Nacional de Cultura (I CNC), realizada em 2005, com o tema “A Interação do Estado e da Sociedade na Construção da Política Pública



de Cultura”, foi a primeira experiência nacional na área da cultura, de uma ação coordenada entre os entes federativos e destes com a sociedade civil. A II Conferência Nacional de Cultura (II CNC), realizada em 2010, com o tema “Cultura, Diversidade, Cidadania e Desenvolvimento”, foi um momento decisivo tanto para aprofundar o debate, como para o fortalecimento político do Sistema Nacional de Cultura (SNC). A III Conferência Nacional de Cultura (III CNC), realizada em 2013, com o tema “Uma Política de Estado para a Cultura: desafios do Sistema Nacional de Cultura”, teve como foco de discussão a institucionalização definitiva do SNC, o que só aconteceu agora, em abril de 2024.

A IV Conferência Nacional de Cultura (IV CNC) realizada em 2024, com o tema “Democracia e Direito à Cultura”, simboliza um marco no processo de reconstrução das políticas públicas culturais, promovendo a análise e o debate com ampla participação social, que certamente contribuirá para o fortalecimento da democracia e do acesso a direitos e investimentos em cultura.

A IV CNC, motivou os participantes a pensarem que não existe democracia forte e sustentável sem uma cultura livre, diversa e que dê conta da dimensão plural da nossa sociedade. Realizada após dez anos de ausência de articulação desse modelo de instância entre a sociedade civil do campo cultural e o estado, oportunizou o debate sobre políticas culturais com significativa participação, se considerarmos que atrair a sociedade para a participação social é um grande desafio, pois precisa romper com as barreiras históricas do comodismo social da não participação. Fato é que a contribuição da sociedade é fundamental no processo de construção de propostas de ação, pois é isso que difere uma política de uma política pública, visto que, por ser “pública”, uma política pressupõe participação da sociedade civil nas etapas de decisão e formulação, e não apenas na implementação.

Nos dias atuais, todos são convidados a pensar, discutir e defender as políticas públicas de cultura. Mas o que significa essa defesa? Cada um tem sua própria ideia, mas é preciso entender que em um momento em que há tanto acesso à cultura, à informação, tanta presença do simbólico, padecemos de uma “obesidade cultural” que não contribui em nada para a identificação do que devemos defender em políticas culturais. É exatamente nesse ponto que as propostas aprovadas nas plenárias das conferências tornam-se importantes, pois são pactuadas pelo conjunto dos participantes como prioritárias.

Ao refletir sobre as propostas aprovadas na 4ª Conferência Estadual de Cultura do Ceará (4ª CEC), percebemos que, entre as 12 propostas estaduais aprovadas, a garantia da vinculação ao orçamento público estadual de, no mínimo, 2% para área cultural, voltou ao debate. Uma discussão que se arrasta há mais de uma década, sendo considerada por especialistas em direito como inconstitucional, considerando que apenas a educação (25%) e a saúde (15%) têm vinculação constitucional no orçamento público.

A urgente institucionalização do Sistema Nacional de Cultura com o fortalecimento de seus componentes também foi amplamente discutida, com a aprovação de propostas para a adesão dos municípios aos Sistemas Setoriais, a criação de mecanismos para a empregabilidade do setor, por meio do marco regulatório do fomento, bem como a implantação de um Programa Estadual de Educação Patrimonial. Trabalhar de forma sistêmica e atuar em regime de colaboração ainda é um processo recente, e isso implica diretamente em compreender que o desempenho de cada estado, individualmente, está interligado com o desempenho de todos os entes, em especial dos municípios.

Propostas para o fortalecimento de ações regionais também foram priorizadas, como a descentralização e desburocratização de recursos e vagas nos editais, destinando o percentual de 80% para os municípios, com exceção de Fortaleza; a construção e manutenção de equipamentos culturais estaduais nas 14 macrorregiões do estado; e a criação de escritórios regionais, traduzindo o anseio dos agentes culturais do interior do estado.

Para os segmentos artísticos, as propostas aprovadas destacaram a criação de Hubs Culturais, a formação em letramento digital, o financiamento e promoção dos segmentos minoritários e um Programa de Renda e Sustentabilidade.

Com 11.336 pessoas, sendo 10.873 participantes das Conferências Municipais e Intermunicipal e 463 participantes dos Encontros Setoriais e Conferências Livres, a 4ª CEC alcançou seu objetivo de fomentar um debate representativo ao setor cultural. A ideia de representatividade é outra. Agora, a sociedade civil representa a si mesma. Reforçando a premissa de que uma coisa é certa: não há um caminho único para o desenho e a aplicação das políticas públicas, e não há como se desenhar um caminho sem espaços de discussão e debates, já que a formulação de políticas públicas exige atenção a vários contextos e a construção de instituições democráticas para a solução dos conflitos que dela derivam.





“ Quando nos agregamos, com todo esse debate e diálogo, conseguimos trabalhar uma melhor política de cultura, que una e chegue até nós de uma forma bem explicada, para podermos ter voz quando voltarmos e pudermos disseminar isso aqui, levando o que aprendemos.”

Wanderlei Feitosa
(Tururu)

Escrevivências poéticas das conferências de cultura no Ceará

Cris Vale²

A imagem de uma imensa ciranda³ em sua manifestação festiva, multicolorida e contagiante, define as conferências municipais de cultura no Ceará. Centenas de pessoas, vindas dos rincões de um Ceará profundo, foram se somando a esta dança de roda comunitária, de mãos dadas, uns/umas às outros/as, formando um encontro potente e alegre, que impulsionou um movimento coletivo e solidário em prol da arte e cultura.

Os fazedores e fazedoras de cultura, trabalhadores e trabalhadoras do campo cultural, agentes culturais de governos e da sociedade civil, eleitos democraticamente, representaram a diversidade cultural cearense em cores, crenças, sotaques, formas de se comunicar, manifestar e se relacionar com o mundo. Trouxeram na bagagem culturas, lutas, anseios, necessidades, sonhos, corporeidades e, sobretudo, suas vozes.

Embalados por uma melodia que, há bem pouco tempo, foi silenciada por um governo autoritário, cantaram juntos em coro uníssono, pela liberdade e a democracia, como resistência e existência daquilo que somos, acreditamos e lutamos, por uma cultura de todos e para todos.

O sertão, o mar e a serra se fizeram presentes nesta ciranda! Foram

² Cristina Vale, Mestra em Sociologia, gestora e produtora cultural, gerente de projetos da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará (cristina.vale@secult.ce.gov.br)

³ A ciranda de roda é uma dança típica do folclore brasileiro, originária do estado de Pernambuco, mas também presente em diversas outras regiões do país, especialmente no Nordeste. É uma dança de roda executada em grupos, com os participantes de mãos dadas e movimentando-se em círculo. A palavra “ciranda” tem origem no termo “siranda”, de origem portuguesa, que significa “dança festiva”. Disponível para acesso no link <https://www.dancastipicas.com/brasileiras/danca-ciranda-de-roda/>



centenas de pessoas envolvidas nos encontros, debates, falas, escutas, formulações e pactuações em prol de uma política pública de cultura de alcance estadual. Contudo, a música não toca no mesmo ritmo e volume nas sedes, distritos, comunidades e territórios. Ainda que os encontros sejam motivos para celebrar, há um longo caminho a ser percorrido, que dê conta de promover uma maior participação social de artistas, mas, sobretudo, da população.

As andanças nas conferências municipais nos fizeram ver que a ausência dos sujeitos que deveriam se beneficiar da política cultural tem relação direta com a incompreensão da cultura como direito constitucional, evidenciado por apenas uma pequena parcela que usufrui de experiências artísticas. Ao mesmo tempo, a arte e a cultura não fazem parte de seu cotidiano, à exceção de (e)ventos, que podem até soprar boas novas, porém, não permanecem. De fato, seja como artista, seja como público, a música que toca para alguns, ainda não é a mesma que toca para grande parte da população.

Em certa medida, as disparidades das políticas culturais existentes no



âmbito dos territórios foram reveladas nas conferências realizadas em centenas de cidades. Assim como notas de uma partitura que se complementam para compor uma obra, aspectos como representatividade, espaços, conteúdos, debates, condução e estrutura desafinaram no tom deste processo coletivo e colaborativo de escutas e formulação ocorridas nas macrorregiões do Ceará.

Um espetáculo, para estrear, se faz necessário planejar, organizar, produzir e ensaiar, para então subir ao palco e oferecer algo ao público espectador. Em analogia, os sistemas de cultura municipais precisam de gestão, estrutura, equipe, acessibilidade, orçamento e uma execução responsável, como as demais políticas públicas, para fazer valer o efetivo acesso da arte e cultura à população, com desenvolvimento sustentável das cidades e cidadania cultural. Como nos discos de vinil, há o lado A e o lado B. Cabe a nós escolher qual a música que queremos ouvir.

É nesta ambiência das conferências de cultura que se vislumbram as inúmeras possibilidades de produzir e usufruir da arte e cultura, da transversalidade com outras políticas públicas, da capacidade de gerar renda e trabalho, da potência criativa e transformadora, da vo-

cação para aglutinar pessoas, respeitar as diferenças e ressignificar contextos sociais vulneráveis.

Tais expectativas se afirmam em falas como da agente cultural de Uruoca: [...] a arte muda a vida, nos leva a conhecer lugares e culturas, nos educa, gera renda e trabalho, nos faz seres humanos melhores e mais felizes. No fazer cotidiano de Marteíza⁴, que dedica seu tempo e devoção para cuidar do patrimônio histórico, ou na fruição e leveza presente na dança da *Gaivota*⁵, onde a arte é vivenciada em sua essência, com emoção

⁴ Marteiza Mota é colaboradora da Prefeitura de Icó, na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Cultura e Turismo, dedica seu tempo e cuidado ao Teatro da Ribeira dos Icó, reconhecida pela população local como a guardiã do teatro.

⁵ Gaivota é uma mulher que vive em Tauá, Sertão dos Inhamuns, tem sua presença marcada pela dança coreografada e interação com o público nas programações artísticas realizadas nos espaços públicos da cidade.

e sensibilidade, a cada espetáculo em praça pública.

Um novo tempo da cultura chegou, e caberá aos trabalhadores e trabalhadoras da cultura do Brasil, compromissados com o futuro utópico, da liberdade e democracia, reger esta grande orquestra sinfônica, de modo processual, multicultural e polifônico, reunindo os ecossistemas de cultura em todo o país.

No Ceará, a orquestra já começou e se fortaleceu com as conferências municipais ao propiciar o diálogo, alinhar as narrativas, elencar as emergências e definir as prioridades do campo cultural cearense, que, apesar de muitas, foram prevalecidas de acordo com as demandas legitimadas pelo coletivo. Mais de 700 pessoas participaram com maioria da sociedade civil. No âmbito dos municípios, foram praticamente 100% de participação, esta sinfonia gerou mais de 3 mil propostas formuladas, que subsidiaram os debates da 4ª Conferência Estadual, um relevante serviço prestado à sociedade, no que diz respeito às políticas públicas de cultura.

Diante da grandeza e relevância histórica que foram as conferências de cultura, a participação social se fez presente nas vozes de jovens, adultos e idosos, que pautaram temas sobre a igualdade, respeito, direito, acesso e a visibilidade de todas as pessoas nas políticas culturais. Ao mesmo tempo, protagonizaram cenas de beleza, solidariedade, esperança, afetos e alegria, que animaram este encontro multiétnico-cultural pela arte e cultura cearense em suas distintas formas de organização nos territórios.

Este movimento circular fortaleceu os ideais universais, comunitários e inclusivos e culminou com a celebração da 4ª Conferência Estadual de Cultura, que, por sua vez, mobilizou mais de onze mil brincantes, reunindo, em uma mesma ciranda, agentes culturais públicos e da sociedade civil de todo o Ceará e do Ministério da Cultura do Brasil.

Na programação artística, a presença da diversidade cultural do Ceará, manifestada com maestria, nos brindou com a alegria da palhaçaria, a ancestralidade do maracatu e do reisado, com a arte de rua do teatro e hip hop, animados pela música eletrônica, o triângulo e o pife, que, ao som da palavra e do canto, embalaram, com forró e *rock in roll*, o baile da democracia.



104

Cultura Tradicional
Popular

36

Música

20

Dança

03

Literatura

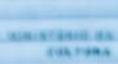
03

Artes Cênicas

Por fim, é somente pelo caminho da participação social, com ênfase na fala dos sujeitos sociais, a partir das percepções de si e da sua cultura, que será possível discutir a negação dos “Outros”, como alerta Kilomba (2019), que estão à margem das discussões políticas. Desse modo será possível construir políticas culturais, cada vez mais inclusivas, multissetoriais e cada vez mais territorializadas, para alcançar todas as pessoas, onde quer que estejam, como as Martezias e as Gaivotas, que dão o real significado e sentido ao fazer cultural.

Apoio

Realização



Governo do Ceará, por meio da Secretaria da Cultura,
e Conselho Estadual de Política Cultural do Ceará apresentam

4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE

CULTURA DO CEARÁ



Luana Florentino

Participação social e as Conferências de Cultura: o Brasil em estado de conferência

Leandro Silva⁷
Renata Melo⁸
Thiago Rodrigues⁹

“A cultura voltou!”. Esta afirmação cheia de significados traz consigo a responsabilidade inerente à retomada das políticas públicas para a cultura, que após seis anos de intenso desmonte e criminalização, retoma seu curso, objetivando, enfim, tornar-se uma Política Pública de Estado e consolidar seu Sistema Nacional de Cultura (SNC).

A recriação do Ministério da Cultura (MinC) como um dos primeiros atos após a posse do Presidente Lula, em janeiro de 2023, demonstra a importância que a cultura tem para a sociedade brasileira. Com isso, as políticas culturais voltaram a ser pensadas como uma dimensão estratégica para o enfrentamento das desigualdades sociais tão amplamente verificadas em nosso cotidiano.

Alexandre Lucas ressalta em seu artigo “Conferências de cultura e a luta

⁷ Doutor em História Cultural. Analista de Gestão Cultural e Orientador de Célula dos Sistemas Setoriais na Coordenadoria de Políticas para as Artes na Secretaria da Cultura do Ceará (Secult/CE). email: leandro.silva@secult.ce.gov.br

⁸ Doutora em Cultura e Sociedade. Analista de Gestão Cultural e Assessora de Controle Interno e Ouvidoria da Secretaria da Cultura do Ceará (Secult/CE). email: renata.melo@secult.ce.gov.br

⁹ Mestre em Comunicação Social. Produtor Cultural da Universidade Federal do Cariri (UFCA) cedido para atuação no Escritório Estadual do Ministério da Cultura (MinC). email: rodrigues.thiago@cultura.gov.br



por participação, planejamento e dinheiro” que o processo de reordenamento da política nacional de cultura, que deve se dar a partir de intenso debate nos estados e municípios brasileiros, vem a ser a tarefa central no processo de “articulação e reoxigenação dos movimentos sociais de cultura dentro da construção da Conferência Nacional de Cultura”. Ele afirma que está em jogo a defesa “sem concessões” de uma política de estado para a Cultura, que foi interrompida nos últimos anos, e que, neste sentido, três questões merecem ser tratadas como prioritárias: a consolidação do Sistema Nacional de Cultura, a ampliação imediata da Política Nacional Cultura Viva e a garantia permanente e com percentuais mínimos de aplicação de recursos nas esferas estaduais, municipais e federal. (LUCAS, 2023).



Os objetivos estão traçados e as prerrogativas para que os municípios possam captar recursos federais a partir das leis emergenciais foram devidamente lançadas: condicionar o repasse de verbas das leis emergenciais ao comprometimento dos municípios em aderir ao SNC, viabilizando os chamados CPF da Cultura (Conselho Municipal de Política Cultural, Plano Municipal de Cultura e Fundo Municipal de Cultura), como forma de firmar compromissos entre os entes federativos para que estados e municípios implementem e concretizem seus Sistemas Municipais de Cultura.

Entre outros aspectos do SNC, as Conferências são oportunidades de encontro e discussão entre a sociedade civil e os entes governamentais com o objetivo de debater políticas, programas e ações a serem desenvolvidas nos anos seguintes. Após um hiato de dez anos da última Conferência Nacional de Cultura (CNC), realizada em 2013, a cultura está diante de um período fundamental de retomada dos processos participativos nos quais as conferências se colocam como momentos primordiais de afirmação democrática e de apontamentos para a construção de políticas públicas.

Quando realizadas as conferências, sociedade civil e governos têm a oportunidade de mobilizar e promover encontros, além de fortalecer redes, conexões e diálogos sobre as necessidades de cada território.

São ocasiões para avaliar a maturidade das políticas públicas em municípios, estados e no Distrito Federal, e apontar novos caminhos. Mas vão além, são oportunidades de afirmar direitos sociais e políticos, fundamentais para o fortalecimento da cultura democrática para vislumbrar um Sistema Nacional de Cultura que desenhe um possível Pacto Federativo para a Cultura, com diretrizes e responsabilidades entre os entes federados.

Rubim (2024) compreende que para o sucesso dos processos de conferências deve haver forte articulação das demandas político-culturais específicas com a questão democrática, desde o desafio de dar centralidade à cultura dentro do contexto brasileiro, levando em consideração as nuances atuais da democracia.

Uma conferência apenas voltada para as justas demandas do campo cultural, por mais importante que elas sejam, não vai estar em sintonia viva como a necessidade mais urgente do Brasil hoje: a afirmação, consolidação e aprofundamento da democracia e a superação das variadas modalidades de autoritarismos, que ferem a história e que persistem em nossa atualidade, servindo de alicerce: às forças neofascistas, às violências físicas e simbólicas; e às atitudes de incivilidade, que assolam o país. (RUBIM, 2024)



134

A 4ª Conferência Nacional de Cultura (4a CNC) ocorreu entre 04 e 08 de março de 2024 e teve como tema central “Democracia e Direito à Cultura”. A partir dessa grande temática, o setor cultural e a sociedade brasileira são instados a debater a cultura como um dos elementos constitutivos da própria democracia e de afirmação da cultura como um direito universal, como é expresso no artigo 215 da Constituição Federal: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais”.

Em se tratando das Conferências no estado do Ceará, foi emitida a Portaria nº 134, de 26 de julho de 2023, substituída posteriormente pela Portaria nº 148 de 18 de setembro do corrente ano, que convocou a 4ª Conferência Estadual de Cultura - 4a CEC sob a coordenação da Coordenadoria de Articulação Regional e Participação (Copar) e da Coordenadoria de Política para as Artes da Secult/CE, em conjunto com o Conselho Estadual de Política Cultural (CEPC), estabelecendo como tema geral “Democracia e o exercício dos Direitos Culturais no Estado do Ceará”, aprovando o Regimento Interno da 4ª CEC, construído pela Secult e CEPC.

A etapa municipal se iniciou com as cidades se responsabilizando pela regulamentação, convocação e realização de suas Conferências Municipais de Cultura (CMC's), cabendo aos poderes públicos municipais, através de suas secretarias correlatas e baseados nas orientações e apoio dado pela Secult/CE, organizarem todo o processo de realização de suas Conferências, bem como garantirem a participação de seus delegados na 4ª Conferência Estadual de Cultura (CEC).

Os municípios tiveram a tarefa de elaborar seus regulamentos a partir do Documento Base da 4ª CNC, que tem como tema “Democracia e Direito à Cultura” e do Guia de Orientações Gerais para a realização das Conferências Municipais de Cultura (2023) elaborado pela Coordenadoria de Articulação Regional (Copar), da Secult/CE. Os referidos regulamentos se preocuparam em ressaltar a importância de contemplar as diretrizes e observar os critérios estabelecidos nos regimentos da 4ª CEC e da 4ª CNC. Foi observada uma demora na disponibilização do Documento-base da 4ª CEC que, em função do prazo exíguo, não pôde ser compartilhado entre os municípios em tempo hábil. Essa demora de um material mais qualificado sobre os eixos da conferência promoveu uma queda na qualidade das discussões promovidas por muitas conferências municipais, que tiveram como suporte apenas os demais documentos, de caráter mais técnico e de organização.

135

Acerca do Guia de Orientações Gerais para a realização das Conferências Municipais de Cultura (2023) elaborado pela Copar (SECULT-CE), pode-se dizer que foi um documento importante que teve como finalidade contribuir para a organização das conferências nos municípios através de um apanhado de informações, tais como o calendário das atividades, recomendações sobre como realizar a organização física das conferências, metodologias, propostas de trabalho, orientações para o trabalho em grupo, descrição de como deve se dar a plenária geral e a escolha dos delegados, além de sugestões para a produção do relatório final, disponibilizando as minutas de portarias e regulamentos, lista de formulários e modelos que contribuíram e nortearam a estruturação dos processos nos municípios. Na falta de um material mais qualificado sobre o debate dos eixos da Conferência, o Guia cumpriu um excelente

papel na orientação prática das Conferências Municipais.

No estado do Ceará, as Conferências Municipais de Cultura (CMC's) contaram com apoio e participação de representantes da Secult/CE e do Escritório Estadual do Ministério da Cultura (EECE/MinC) em quase todas as cidades. As duas instituições agiram em parceria, com o objetivo de circular por todo o estado acompanhando e monitorando o processo de Conferências.

No geral, com pequenas variações, as Conferências Municipais ocorreram com a seguinte programação: Mesa de Abertura; Palestra sobre o tema das Conferências (Nacional, Estadual e Municipal); Divisão dos e das participantes em Grupos de Trabalho (GT) de acordo com os Eixos Temáticos da CNC; Apresentação, debate e aprovação das propostas de todos os GTs em plenária; Eleição de delegadas e delegados em plenária. Importante ressaltar que todos estes momentos precisaram estar registrados em ata e assinados pelos e pelas participantes, e também documentados em vários suportes (foto, vídeo, lista de presença de GTs) para que as etapas municipais da CNC pudessem ser validadas e referendadas na etapa estadual, e posteriormente, na etapa nacional.

Importante também dedicar atenção aos Eixos Temáticos e suas abordagens por meio de GTs durante as Conferências Municipais. Os seis Eixos que norteiam a 4ª Conferência Nacional de Cultura são: 1) Institucionalização, Marcos Legais e Sistema Nacional de Cultura; 2) Democratização do Acesso à Cultura e Participação Social; 3) Identidade, Patrimônio e Memória; 4) Diversidade Cultural e Transversalidade de Gênero, Raça e Acessibilidade na Política Cultural; 5) Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade; 6) Direito às Artes e Linguagens Digitais. Levando em consideração a realidade de municípios do interior do estado do Ceará, com forte ocupação nas zonas rurais afastadas das sedes dos municípios, mas também levando em conta o prazo para realização das etapas municipais da Conferência, assim como o hiato de 10 anos sem Conferência de Cultura, e, ainda, o esvaziamento dos Conselhos nos últimos anos, é relevante problematizar as escolhas temáticas dos Eixos e a metodologia de divisão dos participantes em grupos distintos para debater e formular propostas para cada um deles,





sob a ótica da participação social.

A percepção foi de que os 06 Eixos Temáticos escolhidos, ou o enfoque dado para cada um deles, não tenha sido algo de fácil compreensão ou de fácil percepção em função da realidade das pessoas desses municípios das pequenas cidades do interior do estado que participaram das CMCs, fazendo com que os debates dos grupos ficassem, por vezes, travados, imobilizados, já que não se conseguia entender como aquelas temáticas dialogavam com o dia a dia desses agentes, e isso pode ter prejudicado a qualidade dos debates em alguns locais. Acreditamos que os eixos temáticos poderiam ter sido elaborados com textos mais objetivos, exemplificando com situações mais palpáveis ou de fácil visualização na realidade das pessoas, ou mesmo elencados sub-temas dentro do tema geral de cada eixo, pois do modo que consta no documento orientador da 4ª CNC, o generalismo dos Eixos dificultou a compreensão de muitos participantes.

Outra questão que podemos abordar sobre a metodologia dos Grupos de Trabalho está na realidade de municípios pequenos onde as CMCs

tiveram índices baixos de presença (Conferências com menos de 50 pessoas), nas quais a obrigatoriedade de escolher participar das discussões de um Eixo apenas, haja vista que ocorriam de forma paralela, prejudicou a qualidade dos debates. Alguns grupos tiveram poucos inscritos, com níveis distintos de compreensão e de atuação naquelas áreas, resultando em propostas que muitas vezes não refletiam da melhor forma as realidades locais. Acreditamos que poderia ter-se pensado uma metodologia alternativa para que, nesses municípios onde a participação nas Conferências limitava-se a 50 pessoas, os debates dos Grupos Temáticos pudessem ser agrupados, oportunizando todas as pessoas conversarem, debaterem e elaborarem propostas para todos os Eixos Temáticos, criando possibilidades de uma maior participação social, que poderia resultar em debates mais qualitativos e propostas mais condizentes com as realidades locais e coletivas.

Algo que também pode ter acentuado a dificuldade de organização das Conferências, como também prejudicado o prévio aprofundamento nos debates conceituais dos Eixos Temáticos, foi a concorrência das Confe-



Luana Florentino

rências com o calendário de execução da Lei Paulo Gustavo, tendo sido ambos os processos realizados no segundo semestre de 2023. Isso dificultou a realização das pré-conferências, que poderiam ter papel importante nos debates dos eixos temáticos, e, ainda, minimizar as ausências de compreensão temática por parte dos e das participantes. Entretanto, em isto não sendo possível, a elaboração de uma metodologia de mediação e de condução dos GTs de forma mais detalhada e mais clara poderia ter oportunizado melhores debates, mais inclusivos e participativos.

Os Encontros Setoriais, por sua vez, celebraram a articulação e mobilização dos e das agentes culturais em torno dos debates setoriais e da representatividade dos diversos segmentos artísticos e culturais, para a deliberação de propostas e eleição de delegadas e delegados para a 4ª CEC.

Esses Encontros, em nível estadual e nacional, visaram resgatar e garantir o acúmulo histórico dos debates em torno dos diversos setoriais de cultura. No Ceará, foram reconhecidos 26 Setoriais, tendo como referência as 18 setoriais do MinC, legitimadas através de Planos Setoriais Nacionais, e 08 setoriais complementares, em respeito aos assentos do Conselho Estadual de Políticas Culturais (CEPC). Este foi o maior número de Encontros Setoriais realizados entre os estados.

A escolha política pela ampliação das setoriais no Ceará foi a afirmação e reconhecimento de categorias, linguagens e seus e suas agentes em busca da ativação dos seus Fóruns. Foi garantido, dessa maneira, maior participação e engajamento para fortalecer cada setor, aproximando e valorizando artistas e demais trabalhadores e trabalhadoras da cultura vinculados às setoriais.

Diferente das Conferências Municipais, os Encontros Setoriais foram realizados de maneira virtual, sob a Coordenação da Coordenadoria de Política para as Artes - COARTE / Secult-CE. Ao longo dos meses de outubro e novembro de 2023, os 26 Encontros Setoriais foram realizados, a cada semana: 02 às segundas-feiras, 02 às quartas e 01 ao sábado. Essa agenda intensa foi necessária para garantir que todos os Encontros fossem realizados dentro do prazo. Para isso, uma equipe de quatro servidores da COARTE preparou todos os materiais de apoio e suporte, com a metodologia dos Encontros, apresentações de slides, modelo das atas,

cards de divulgação, textos para redes sociais, além de documento com a triagem das propostas enviadas pelos formulários de inscrição. Além disso, foi vital para a qualificação do processo a elaboração de um formulário de inscrição que tivesse, ao mesmo tempo, a finalidade de mapear o perfil dos/as agentes culturais interessados/as pelo Encontro de determinada setorial, e a qualidade da sua participação no dia do Encontro. Dessa forma, o Formulário apresentava de maneira mais direta os Eixos Temáticos da Conferência e solicitava previamente, no ato da inscrição, sugestões de propostas baseadas nos eixos apresentados. Essa medida foi fundamental para otimizar o tempo dos Encontros Setoriais, de 4 horas (sempre de 13:00 às 17:00), mas principalmente qualificar o debate e formular questões mais direcionadas aos eixos da Conferência.

As Conferências Municipais e os Encontros Setoriais garantiram a construção das Conferências Estadual e Nacional a partir da base, dos territórios - de forma mais orgânica e democrática. Podemos afirmar, com isso, que a 4ª Conferência Nacional de Cultura começou pela base, através dos municípios, e pelos Encontros Setoriais. Ressalta-se que a vida cultural se dá nos municípios, na relação direta entre as instituições, artistas e demais agentes, assim como a vida política, social e econômica.

Sobre a 4ª Conferência Estadual de Cultura do Ceará, ela foi realizada do dia 30 de novembro a 03 de dezembro de 2023, no SESC Iparana, em Caucaia-CE. O evento reuniu delegados municipais, setoriais e natos - estes últimos pertencentes ao CEPC e à Comissão Organizadora Estadual. 744 pessoas participaram da Conferência, sendo 519 da sociedade civil, entre delegados, observadores e convidados, e 225 da área governamental.

A Conferência de Cultura do Ceará foi a consolidação das etapas preparatórias: Conferências Municipais, Encontros Setoriais e Conferências Livres, ampliando o debate e apontando demandas e responsabilidades para construção de novas políticas culturais para o Ceará e para o Brasil. Tivemos 97% de participação dos Municípios e mais de 3 mil propostas formuladas e enviadas para a Conferência Estadual. Dentre elas, mais de 600 propostas foram construídas a partir dos 26 Encontros Setoriais. Essas propostas foram pontos de partida para a discussão dos 06 Eixos e para os Encontros das Setoriais. Sendo assim, cada eixo



aprovou para a 4ª CNC 02 propostas nacionais e mais 02 propostas que saíram das setoriais, totalizando 14 propostas.

As propostas, basicamente, giraram em torno das descentralização dos recursos nacionais da Cultura, ampliando a atuação territorial da Secretaria, como veremos a seguir: definição de competências entre entes federados para execução do percentual de orçamento; aprovação da lei que regula o Sistema Nacional de Cultura; política de seguridade e assistência social aos agentes e trabalhadores da cultura; descentralização dos recursos entre os municípios; fomento e manutenção de equipamentos culturais; ampliação de programas e recursos voltados para projetos culturais; sistema de patrimônio, educação patrimonial; criação de linhas de crédito para financiamento da economia criativa, hubs culturais, internet de qualidade e ferramentas tecnológicas para formação do agente cultural, dentre outros.

Foram eleitos 62 delegados e delegadas para representar o Ceará na 4ª CNC, entre Poder Público e Sociedade Civil, das 14 macrorregiões e de categorias identitárias, garantindo ampliação da diversidade das representações. Essa composição, diversa entre sujeitos/as, territórios e segmentos culturais foi garantida em plenária, de forma emocionante e soli-



144

dária. Dessa forma, não só foi garantida a máxima participação do Ceará na CNC, pelo número de delegados presentes na Conferência Estadual, como também essa delegação foi a mais diversa e representativa possível.

E quanto aos desafios da participação social nestes processos, o que pudemos constatar?

A realização das etapas municipais da Conferência Nacional de Cultura enfrentou uma série de desafios de mobilização dos setores públicos e agentes da sociedade civil. O calendário para a organização das etapas estaduais e municipais representou, desde o princípio, um obstáculo para a mobilização da Cultura no país. Recém empossados, os 36 conselheiros e conselheiras do Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC aprovaram, ainda em abril de 2023, o calendário da 4ª Conferência Nacional de Cultura.

Neste calendário, a etapa nacional seria realizada de 4 a 8 de dezembro, deixando curtos os prazos para as etapas municipais e intermunicipais (até 31 de agosto), estadual e distrital (até 30 de outubro), Conferências temáticas (até 30 de outubro). A portaria do MinC nº 41, de 04 de julho de 2023, formalizou o calendário a partir do Regimento Interno com alterações dos prazos das etapas municipais e intermunicipais (até 17

de setembro), estadual e distrital (até 30 de outubro), mantendo o prazo da Conferência Nacional para 4 a 8 de dezembro de 2023.

Na prática, a formalização tardia, pela portaria, e a manutenção da etapa nacional em 2023 não ajudaram os estados e municípios no planejamento e execução de suas etapas, comprometendo a mobilização do setor cultural. A pressão dos estados fez com que a etapa Nacional fosse programada para 04 a 08 de março de 2024, ampliando os prazos das outras etapas. Assim, as Conferências Municipais e Intermunicipais puderam ocorrer até dia 30 de outubro, e as Conferências Estaduais, por sua vez, até o dia 08 de dezembro.

A mudança dessas datas é um aspecto fundamental para entendermos os desafios vivenciados pelos estados e municípios. Precisamos lembrar que o setor cultural foi diretamente atingido nos últimos anos, sobretudo entre 2016 e 2022. O próprio Ministério foi recriado e, com ele, a defesa pela refundação de um país com muitas sequelas. As leis emergenciais Aldir Blanc e Paulo Gustavo foram vitórias de um setor que, mesmo atingido desde o primeiro momento, precisou se articular a partir dos seus lugares e (r)existir aos ataques do Governo Bolsonaro, potencializados pela Pandemia da Covid-19.

145

O segundo semestre de 2023 se tornou um momento de grande articulação de todas e todos os/as agentes da cultura, tanto do poder público quanto da sociedade civil. Junto às etapas preparatórias da 4ª CNC, os estados e municípios foram desafiados a executarem editais para aplicação dos recursos da Lei Paulo Gustavo. E, o que poderia ser comemoração e fortalecimento mútuo, se transformou numa competição por atenção e mobilização. Servidores públicos e demais trabalhadores da cultura tiveram suas rotinas e atenção disputadas pelos lançamentos quase semanais de editais junto às chamadas para participação das Conferências Municipais, Intermunicipais, Conferências Livres, Conferências Temáticas, Encontros Setoriais e Conferências Estaduais.

Os desafios deste momento podem ser entendidos a partir da expectativa pela grande participação de pessoas nessas etapas, que, por sua vez, representaram um otimismo característico do setor cultural. No Ceará, as participações tiveram médias aproximadas de 40 pessoas, atingindo 96,74% dos 184 municípios do estado (167 municípios), que realizaram suas próprias Conferências Municipais, e 11 municípios que participaram de Conferências Intermunicipais. Ao todo, mais de 6 mil pessoas registraram suas presenças nas Conferências Municipais e aproximadamente 500 pessoas, nos Encontros Setoriais. Já a 4ª CEC, reuniu 744 pessoas entre delegadas, convidadas, observadoras e organizadoras, representando 97% dos municípios cearenses, com pluralidade de ideias e representatividade de sujeitos. Das 157 pessoas candidatas a delegada para a Conferência Nacional, foram eleitas democraticamente 60 pessoas com ampla representatividade: indígenas, quilombolas, povos de terreiro, cultura camponesa, cultura periférica, ciganos, negros/as, LGBTQIAP+, pessoas com deficiência, representando todas as regiões do estado.

São números expressivos, se tomarmos como referência a realidade de grande parte dessas localidades, cujas pastas de cultura não existiam e não tinham um lugar de importância para as administrações municipais, e onde os Conselhos Municipais de Política Cultural ou são inexistentes, ou são recém instalados. As leis emergenciais e o incentivo pela elaboração dos chamados “CPF da Cultura” favoreceram a ativação da Cultura como lugar estratégico para execução de recursos nacionais, consequen-



temente estimulando o engajamento de trabalhadores e trabalhadoras da Cultura e demais agentes do campo cultural.

Para além da participação social, a experiência vivenciada nos processos de Conferências Municipais, Intermunicipais, Setoriais e Estadual de Cultura no Ceará, colocou-nos uma realidade interessante e um horizonte ainda mais interessante sobre a atuação conjunta entre os entes federativos administrativos da Cultura (Secretarias Municipais, Secretaria Estadual e Ministério da Cultura). A marca de 178 municípios (de um total de 184) participando do processo de Conferências só foi possível pela articulação e cooperação das representações administrativas desses três entes federativos, sejam nas demandas de logística (transporte, alimentação e hospedagem), sejam nas demandas políticas e metodológicas (condução de palestras, mediação de GTs, mobilização para participação de agentes culturais), e, principalmente, pelo objetivo comum de realizar o máximo de Conferências Municipais com o máximo de participação social possível. Isso, então, nos traz o desafio de pensar coletivamente e elaborar, também coletivamente, como se dará a atuação e a divisão de responsabilidades dos entes neste momento de reconstrução.



Considerações
 finais



Conversa de Lavadeiras -
Coletivo Rei Leal

Apesar dos inúmeros desafios enfrentados pela Secult/CE, pelo Escritório Estadual do MinC no Ceará, e pelas secretarias municipais no que diz respeito à mobilização de seus agentes e também acerca da escolha dos delegados que foram à Conferência Estadual, e todo o processo de construção das propostas encaminhadas para a etapa nacional das Conferências, verificamos uma nítida disposição do campo em retomar, tanto em termos de diversidade, quanto em termos de qualidade, a participação da sociedade civil nos processos de elaboração, avaliação e definição das políticas públicas de cultura no Ceará e no Brasil.

As Conferências de Cultura significam a retomada do debate sobre Cultura no âmbito federal, a ampliação da participação, a valorização da democracia, a reconstrução do MinC e a afirmação da Cultura como

instância fundamental para a vida social e econômica do país. Muitos são os desafios, indicando que será preciso muito trabalho pela frente para a reconstrução de bases mais sólidas e permanentes para a Cultura.

Podemos então afirmar, a partir dos relatos e reflexões aqui realizadas, que a 4ª Conferência Nacional de Cultura começou a partir do “Brasil de dentro”, parafraseando Capistrano de Abreu, neste grande Sertão que é o Brasil, do Brasil do interior para o Centro - metáfora apropriada, sem levarmos em conta ainda a realização da Conferência Nacional, em Brasília. Foi a partir deste Brasil enraizado, valorizando e potencializando as demandas de trabalhadores e trabalhadoras da Cultura e, portanto, fortalecendo o aspecto democrático da Conferência de Cultura e valorizando a Participação Social, que este movimento foi retomado.



“ Vi discussões muito interessantes e embasadas a partir da realidade que as pessoas vivem, buscando soluções que contemplem o estado. Discussões que considero válidas sobre o próprio trabalhador da cultura. Por exemplo, sobre suas condições de trabalho que são muito precarizadas e como podemos ter a institucionalização de certos direitos, caso da previdência social. Vi pessoas muito envolvidas, encarando com muita seriedade essa proposta.”

Zaneir Teixeira
(Coordenadora de Eixo)



referências

bibliográficas

LUCAS, Alexandre. **Conferências de cultura e a luta por participação, planejamento e dinheiro.** Portal Vermelho. Publicado em 17 de outubro de 2023. Texto disponível em <<https://vermelho.org.br/coluna/conferencias-de-cultura-e-a-luta-por-participacao-planejamento-e-dinheiro/>> Acesso em: 12 de novembro de 2023.

MAPA CULTURAL DO CEARÁ, 2023. Disponível em: <<https://mapacultural.secult.ce.gov.br/files/project/4868/guia-de-orientacoes-gerais-para-a-realizacao-das-conferencias-municipais-de-cultura-secult-ceara.pdf>> Acesso em: 26 de fevereiro de 2024. Coordenadoria de Articulação Regional e Participação: Guia de orientações gerais para a realização das Conferências Municipais de Cultura.

MINC, 2023. Disponível em: <<http://pnc.cultura.gov.br/2023/04/26/cnpc-define-calendario-da-4a-conferencia-nacional-de-cultura/#:~:text=Com%20o%20tema%20E2%80%9CDemocracia%20e%20Direito%20%C3%A0%20Cultura%20E2%80%9D%2C,diretrizes%20em%20todo%20o%20Brasil%20de%20maneira%20transversal.>> Acesso em: 26 de fevereiro de 2024. Sem autor: CNPC define calendário da 4ª Conferência Nacional de Cultura.

MINC, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/4a-conferencia-nacional-de-cultura-1>> Acesso em: 26 de fevereiro de 2024. Sem autor: 4ª Conferência Nacional de Cultura.

MINC, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/4a-conferencia-nacional-de-cultura-1/textos/4CNCDocBasev12_2023091411.pdf> Acesso em: 26 de fevereiro de 2024. Conselho Nacional de Política Cultural: Documento Base 4ª Conferência Nacional de Cultura Democracia e Direito à Cultura.

RUBIM, Albino. **Desafios da IV Conferência Nacional de Cultura: Os traumáticos anos recentes e a “guerra cultural” vigente demonstram que a cultura não está fora do mundo, com seus cantos, encantos e desencantos. Teoria e Debate.** Publicado em 22 de fevereiro de 2024. Disponível em <<https://teoriaedebate.org.br/2024/02/22/desafios-da-iv-conferencia-nacional-de-cultura/>> Acesso em: 26 de fevereiro de 2024.



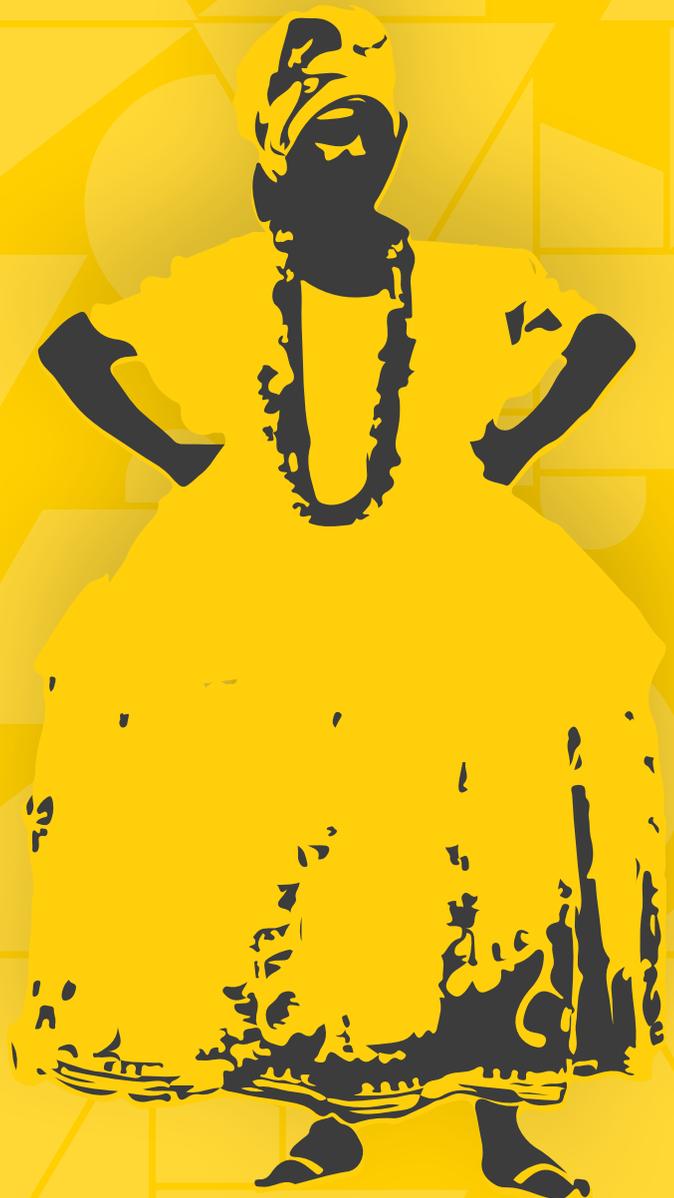
SECULT, 2023. Disponível em: <<https://www.secult.ce.gov.br/4a-conferencia-estadual-de-cultura/>>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2024. Sem autor: Sobre a quarta conferência.

SECULT, 2023. Disponível em: <https://www.secult.ce.gov.br/download/4a-conferencia-estadual-de-cultura-do-ceara/portaria-no148_2023-convoca-a-4a-conferencia-estadual-de-cultura-4a-cec-fortaleza-18-de-setembro-de-2023/> Acesso em: 26 de fevereiro de 2024. Sem autor: Portaria nº148_2023 que convoca a 4ª Conferência Estadual de Cultura - 4ª CEC.



4ª CONFERÊNCIA
ESTADUAL DE
CULTURA
do CEARÁ

CONFERÊNCIA
ESTADUAL DE
CULTURA
do CEARÁ



anexos

4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE CULTURA DO CEARÁ: PROPOSTAS ESTADUAIS, NACIONAIS E SETORIAIS

Eixo 1: institucionalização, marcos legais e sistema nacional de cultura

Estadual

1. Criar escritórios regionais da SECULT/CE em todas as macrorregiões do estado, visando ofertar formação para gestores, servidores, conselheiros e agentes culturais, bem como espaços de difusão e visibilidade da produção artística cultural.

2. Estabelecimento de definições claras das competências dos entes federados em relação às atribuições no campo das Políticas Públicas Culturais, garantindo, no mínimo, 2% do orçamento público, bem como a definição de obrigações e de contrapartidas financeiras dos estados e municípios.

Nacional

1. Aprovar a lei que regulamenta o Sistema Nacional de Cultura, definindo as competências dos entes federados em relação às atribuições no campo das Políticas Públicas Culturais, incluindo a vinculação do percentual mínimo de 2% do orçamento para a cultura destinado à execução dos Planos de Cultura, observando os mecanismos de controle, participação e promoção do bem comum em parâmetros anti racistas, anti patriarcais e afirmativos de uma ordem socioeconômica, justa, equânime e republicana nos níveis municipal, estadual e federal.

2. Implementação e efetivação de uma política de seguridade e de assistência social a agentes culturais e a trabalhadores da cultura.

Eixo 2: democratização do acesso à cultura, territórios e participação social

Estadual

1. Descentralizar, no mínimo, 80% dos recursos e vagas em editais para todos os municípios do estado com exceção de Fortaleza, com equidade Regional, com foco em grupos com direitos historicamente negados, prioritariamente as populações negras, quilombolas, povos de terreiro, povos indígenas, assentados dos territórios da reforma agrária, povos do mar, periféricos, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência, mulheres, crianças e adolescentes, pessoas idosas, povos ciganos, comunidades rurais e política Cultura Viva, no prazo de até 02 anos.

2. Ampliação e democratização do fomento e construção e manutenção de equipamentos culturais que atendam às 14 macrorregiões e territórios periféricos, garantindo a qualificação e formação dos agentes culturais de forma endógena em suas diversas linguagens e segmentos para amplo acesso aos editais e fortalecimento da economia criativa, economia solidária e economias territoriais, baseadas no cultura viva, e demais políticas culturais, através da SECULT-CE, e assegurar que as OS's parceiras possam executar ações em territórios que não possuam equipamentos públicos do estado.

Nacional

1. Garantir investimento na formação de novos agentes culturais visando o fortalecimento das culturas nas comunidades periféricas e tradicionais, prioritariamente as populações negras, quilombolas, povos de terreiro, povos indígenas, assentados dos territórios da reforma agrária, povos do mar, periféricos, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência, mulheres, crianças e adolescentes, pessoas idosas, povos ciganos, comunidades rurais e política Cultura Viva.

2. Garantir, criar e ampliar programas e recursos voltados para projetos culturais e para a desburocratização do acesso às inscrições, reestruturando e fortalecendo a democratização dos processos de seleção dos projetos e concessão de recursos em editais nacionais, prevendo a representatividade regional com o intuito de garantir as manifestações múltiplas e plurais da cultura brasileira, estabelecendo uma política de cotas para municípios de pequeno e médio porte nas ações de fomento do Ministério da Cultura e implementando políticas públicas de amparo aos trabalhadores e fazedores de cultura.

Eixo 3: identidade, patrimônio e memória

Estadual

1. Garantir a adesão dos municípios aos sistemas de Patrimônio, Museus, Arquivos e Bibliotecas, visando ao fortalecimento de estratégias de fomento para criação e manutenção desses lugares de memória, ancestralidade e identidade.

2. Criar um Programa Estadual de educação patrimonial, que fomente a realização de ações de salvaguarda que promovam a identificação, reconhecimento e valorização da identidade, manutenção e proteção social da memória e do Patrimônio Cultural do Estado do Ceará.

Nacional

1. Efetivar o Plano Nacional de desenvolvimento sustentável, dos Povos e comunidades tradicionais com ênfase nas ações desenvolvidas no campo do patrimônio cultural por meio de repasse direto e fomento para estados e municípios visando a promoção do direito a memória.

2. Garantir a integração entre educação patrimonial e as bases dos currículos de ensino municipais e estaduais, articuladas com estratégias de

desenvolvimento territorial, bem como a criação de cursos de nível técnico e superior das áreas do patrimônio Cultural nas IES, nos territórios, e a criação de cursos de nível técnico e superior das áreas do patrimônio cultural nas IES.

Eixo 4: diversidade cultural e transversalidades de gênero, sexualidade, raça e acessibilidade na política cultural

Estadual

1. Financiar editais, mecanismos e núcleos artísticos culturais dedicados à promoção e produção, a profissionais e trabalhadores da cultura nos segmentos de populações negras, quilombolas, povos de terreiro, povos indígenas, assentados dos territórios da reforma agrária, povos do mar, ribeirinhos, periféricos, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência, mulheres, crianças e adolescentes, pessoas idosas, povos ciganos, comunidades rurais, pessoas neurodivergentes, garantindo o fomento estadual, acessibilidade, ações afirmativas (cotas, editais específicos, pontuação extra, etc), raciais, sociais e de gênero.

2. Desburocratizar e descentralizar de forma acessível os editais de cultura do estado, futuros e já existentes, bem como ampliar, criar e manter equipamentos culturais de forma descentralizada, contemplando as macrorregiões do estado, com incentivo financeiro de forma continuada para garantir o acesso das populações em situação de vulnerabilidade social e cultural, abrangendo as populações negras, quilombolas, povos de terreiro, povos indígenas, assentados dos territórios da reforma agrária, povos do mar, ribeirinhos, periféricos, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência, mulheres, crianças e adolescentes, pessoas idosas, povos ciganos, pessoas neurodivergentes e comunidades rurais.

Nacional

1. Fortalecer o Sistema Nacional de Cultura com ênfase em assessoria técnica, pela criação de polos e comitês regionais de Cultura em todas as regiões, com garantia de política de cotas raciais, sociais para populações negras, quilombolas, povos de terreiro, povos indígenas, assentados dos territórios da reforma agrária, povos do mar, ribeirinhos, periféricos, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência, mulheres, crianças e adolescentes, pessoas idosas, povos ciganos, comunidades rurais, valorizando os agentes já atuantes no território.

2. Promover e apoiar políticas culturais de empregabilidade nos setores público e privado para as populações negras, quilombolas, povos de terreiro, povos indígenas, assentados dos territórios da reforma agrária, povos do mar, periféricos, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência, mulheres, pessoas idosas, povos ciganos, comunidades rurais, e outros, garantindo as ações afirmativas (cotas, editais específicos, pontuação extra, etc), nos projetos de lei de regulamentação do Sistema Nacional da Cultura e no Marco Regulatório do fomento.

Eixo 5: economia criativa, trabalho, renda e sustentabilidade

Estadual

1. Garantir a plena implementação de, pelo menos, um equipamento cultural da SECULT/CE em cada macrorregião do estado que ainda não o tenha, e plena manutenção dos equipamentos já existentes; que os equipamentos atendam às mais diversas linguagens, difundindo ações de fomento, economia criativa e economia solidária; de formação artística, técnica e de gestão de inovação, tecnologia, articulação, pesquisas, produção, circulação, distribuição e fruição, funcionando em rede.

2. Criação de um programa contínuo de formação em renda e sustentabilidade da economia criativa e economia solidária, para os agentes

culturais, contendo ações específicas e de assessoramento aos gestores culturais municipais, partindo de um processo de realização de mapeamento cultural acessível, inclusivo e em rede, garantindo a qualificação dos agentes culturais nessas localidades e fortalecendo os sistemas municipais de cultura e os Sistemas setoriais Estaduais de Bandas de Música e Orquestras e de Teatros e Espaços Cênicos.

Nacional

1. Implementar políticas e iniciativas que promovam a conscientização e realização de ações de economia criativa e solidária, trabalho, renda e sustentabilidade, com foco na defesa de legislação específica e fortalecimento de empreendimentos culturais e criativos locais.

2. Criação de linhas de crédito desburocratizadas e específicas junto ao BNDES, bancos públicos e comunitários, subsidiados pelo governo para impulsionar negócios da economia criativa e solidária.

Eixo 6: direito às artes e às linguagens digitais

Estadual

1. Democratizar, de forma descentralizada e inclusiva, a formação, fruição e produção artística e cultural da população, promovendo ações formativas de inclusão e letramento digital para o acesso e a utilização de ferramentas e tecnologias digitais e livres, inclusive de forma itinerante, offline, virtual, entre outras modalidades, priorizando a base comunitária, e estimulando projetos em parceria com as escolas públicas e a SEDUC e SEAS.

2. Criação de hubs culturais, com atuação capilarizada e regionalizada, em diálogo com os territórios, atingindo os 184 municípios do Ceará, com ações de articulação, formação, produção e fruição itinerantes de arte, cultura e linguagens digitais.

Nacional

1. Garantir o acesso livre, gratuito e irrestrito à internet de qualidade em 100% do território nacional, criando uma política de acesso e distribuição de equipamentos eletrônicos e digitais, bem como a criação de pontos de acesso público aos equipamentos e ferramentas tecnológicas atualizadas, como *coworkings*, laboratórios, *lan houses*, etc, promovendo, também, um programa de isenção fiscal em equipamentos digitais e eletrônicos para agentes culturais devidamente cadastrados no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais.

2. Garantir o acesso às ferramentas tecnológicas e à formação do agente cultural (sociedade civil e governo), promovendo a criação de plataforma digital universalizada e gratuita, com acessibilidade, que ofereça a exibição de produções nacionais em todas as linguagens artísticas e culturais digitalizadas.

Eixo livre: setoriais

Assegurar a política de seguridade social para todas as trabalhadoras e trabalhadores da cultura, bem como fortalecimento das políticas setoriais de cultura, garantindo processos contínuos de formação, difusão e fomento.

Garantir, a partir da implementação do Sistema Nacional de Cultura - SNC, a criação da Política Nacional de Editais, institucionalizada, transversalmente, em todos os órgãos e vinculadas do MinC, que contemple a diversidade de linguagens, de segmentos e de expressões; a priorização da participação acessível, inclusiva e universal; o formato simplificado e desburocratizado; um calendário fixo e regular e a descentralização equitativa de recursos, considerando os territórios regionais do país.



K'Os Coletivo de Palhaçaria

delegados e delegadas

Delegação eleita para a 4ª Conferência Nacional de Cultura



Alessandro Leite Santiago - Alex Santiago

Macrorregião Maciço de Baturité

Alexandra Gil de Lima da Silva

Litoral Leste

Alexandre Lucas da Silva

Macrorregião Cariri

Alexandre Lucio Nunes

Cariri

Alysson Lemos Campos

Circo

Ana Cristina da Silva Souza

Secretaria de Educação do Estado (SEDUC CE)

Ana Maria Da Conceição - Mestra Ana Maria

Cultura Campesina

Angelice Santos Custódio

Artesanato

Antonio Edson Brandão

Macrorregião Litoral Norte

Antônio Gessilé Florindo Silva

Macrorregião Serra da Ibiapaba

Antônio José Pacheco da Rocha - Dedé

Pacheco

Macrorregião Grande Fortaleza

Antônio Marcos Gomes Da Silva

Povos de Terreiros

Antonio Vieira do Nascimento

Litoral Oeste/ Vale do Curu

Antoniza Matheus Dos Santos

Quilombolas

Bárbara Rodrigues Pereira Teófilo

Macrorregião Vale do Jaguaribe

Bruno Allef Freitas de Brito - Adriana

Monserrat

Pessoa Trans

Bruno Alves Chaves

Macrorregião Sertão de Crateús

Bruno Rafael Monteiro Moreira

Macrorregião Sertão dos Inhamuns

Carleziana Rodrigues dos Santos

Macrorregião Centro Sul

Cicero Anderson Alves Matias

Macrorregião Cariri

Daniel Luna Machado

Patrimônio Material

Daniele Alves Marinho - Danny Marinho

Cultura Periférica

Danilo Costa Felipe

Macrorregião Maciço de Baturité

Davi Arruda Quaresma

Macrorregião Vale do Jaguaribe

David Tahim Alves Brito

Design

Davidson Kennedy Ferrer Campos Sousa

Culturas Populares

Diêgo de Lima Barros

Arte Digital

Diego Normandi Maciel Dutra

Design

Ed Couto Ribeiro

Artesanato

Edilio Vaz de Lima - Edilio Zacarias

Macrorregião Grande Fortaleza

Ediniz Adriano Andrade Muniz

Macrorregião Sertão de Canindé

Eliaquim Gonçalves

Macrorregião Vale do Jaguaribe

Elizabete Cruz da Silva

Indígenas



Everton Ricardo Araújo
Macrorregião Litoral Norte
Fátima Lúcia de Andrade Feitosa
Museu
Fco Lucas Barbosa dos Santos - Lucas Lawos
Macrorregião Sertão de Canindé
Francisca Fladiana de Sousa Rodrigues
Macrorregião Maciço de Baturité
Francisca Gerlúdia Tavares - Gerlidia Tavares
Macrorregião Sertão Central
Francisca Lúcia Lopes de Sousa Gomes - Ana
Macrorregião Grande Fortaleza
Francisca Maria de Souza Ourives
Macrorregião Litoral Oeste/Vale Do Curu
Francisca Maria Dos Santos
Macrorregião Sertão de Sobral
Francisco Correia Ivo
Artes Visuais
Francisco Javier Garcia Nunez
Moda
Francisco Olavo Neves Rodrigues De Sousa
Macrorregião Sertão de Crateús
Francisco Ronaldo Silva – Roni Flow Grande
Cultura Periférica
Francisco Zeno Galdino
Macrorregião Centro Sul
Gilcênio Bezerra da Silva Júnior
Dança
Glícia Gadelha Teixeira
Artes visuais
Gonçalo Dreivos Souza
Macrorregião Serra da Ibiapaba
Helcio dos Santos Ferreira
Vale do Jaguaribe
Hermilla Carolina Feitosa Duarte - Mylla
Feitosa
Macrorregião Sertão dos Inhamuns
Hildebrando Maciel Alves
Culturas Populares

Iraciara Oneide Assis de Paula Tabajara -
Oneide Tabajaras
Macrorregião Serra da Ibiapaba
Ivan Rodrigues Ribeiro
Livro, Leitura e Literatura
Jéssika Bezerra Oliveira Leite - Jessika Kariri
Pessoa com Deficiência
João Adriano Silva de souza
Macrorregião Centro Sul
Jorge Luiz Costa da Silva - Jorge Quilombola
Quilombolas
José Brasil de Matos Filho
Música
José Lira Dutra
Macrorregião Litoral Norte
José Welligton Sousa de Castro
Música
Josefa Lucia Morais Silva - Lucia Morais
Macrorregião Centro Sul
Júlia Peredo Sarmiento
Circo
Juliana Ferreira dos Santos
Macrorregião Maciço de Baturité
Juvillian Carneiro Costa
Pessoa com Deficiência
Karina Dantas Alves de Sousa
Macrorregião Sertão Central
Leslie José De Castro Silva
Macrorregião Litoral Leste
Liduína Maria Lopes Rodrigues
Museus
Lucas Vasconcelos Alvares
Macrorregião Litoral Norte
Luisa Cela de Arruda Coêlho
Secretária de Cultura do Ceará (SECULT CE)
Luiz Henrique Medeiros
Culturas Indígenas
Marcelo Araujo Alves
Macrorregião Sertão de Sobral



Marcos Vinicius Cruz Bernardino
Macrorregião Cariri
Marcus Israel Viana Cardoso
Cultura Campesina
Maria Cleuvaneide Belém Silva
Expressões Artísticas Culturais Afro-brasileiras
Maria Cristiellen Rodrigues Ribeiro
Arquitetura e Urbanismo
Maria Das Dores Da Silva
Povos de Terreiros
Maria Nayane Alves Bezerra
Patrimônio Imaterial
Maria Santos do Nascimento - Glória
Potyguara
Culturas Indígenas
Maria Zilderlânia do Nascimento Pereira
Macrorregião Sertão Central
Marielly Costa Lima
Pessoa Negra
Marilena Ferreira Lima
Macrorregião Grande Fortaleza
Matheus Santos de Freitas
Macrorregião Sertão de Canindé
Maykon Lima Ribeiro
Macrorregião Sertão dos Crateús
Miguel Ferreira Neto - Pai Neto
Expressões artísticas culturais afro-brasileiras
Nelson Rubens Albuquerque de Araújo
Teatro
Nicolas Oliveira Amorim
Macrorregião Sertão dos Inhamuns
Patrícia Maria Apolônio De Oliveira
Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional e Planejamento (CODIP/Secult CE)
Paula Picanço
Arquitetura e Urbanismo
Rafa Barbosa Da Costa
Pessoa Trans

Rafaella Alves
Macrorregião Litoral Oeste / Vale do Curu
Raimundo Aterlane Pereira Martins
Patrimônio Imaterial
Raimundo Moreira da Costa
Teatro
Regina Célia de Camargo Campos
Arquivos
Riana Jéssica da Rocha Araújo
Macrorregião Litoral Leste
Roberta de Jesus Santana
Arquivos
Rosana Marques Lima
Coordenadoria de Diversidade, Acessibilidade e Cidadania Cultural (CODAC/SECULT CE)
Salviano Paulino de Moraes Neto - Neto
Morais
Macrorregião Sertão Central
Selma Maria Santiago Lima
Coordenadoria de Políticas para as Artes (COARTE/SECULT CE)
Silvia Jacqueline Moura de Oliveira - Silvia
Moura
Dança
Simone Rodrigues Passos
Macrorregião Sertão de Sobral
Stephanie Rosalina Lima
Macrorregião Sertão de Sobral
Suzenilson da Silva Santos - Kanindé
Culturas Indígenas
Vânia Maria Vasconcelos de Farias
Macrorregião Serra da Ibiapaba
Vitor Melo Studart
Assessoria Jurídica - Sec. de Cultura do Estado
Wesley Lyevertton Correia Ribeiro
Livro, Leitura e Literatura

expediente

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Governador do Ceará

Elmano de Freitas da Costa

Vice-Governadora do Ceará

Jade Afonso Romero

Secretária da Cultura

Luisa Cela de Arruda Coêlho

Secretário Executivo da Cultura

Rafael Cordeiro Felismino

Secretária Executiva de Planejamento e Gestão Interna da Cultura

Geciola Fonseca Torres

Chefe de Gabinete

José Viana Lavor Junior

Assessoria de Projetos Especiais

Valéria Márcia Pinto Cordeiro

Assessoria Jurídica

Vitor Melo Studart

Assessoria de Controle Interno e Ouvidoria

Renata Nunes Pereira Melo

Assessoria de Comunicação

Elídia Vidal Brugiolo
Thais Martins Bezerra

Coordenadoria de Patrimônio Cultural e Memória

Jéssica Ohara Pacheco Chuab

Coordenadoria de Política Para as Artes

Selma Maria Santiago Lima

Coordenadoria de Formação Livro e Leitura

Ernesto de Sousa Gadelha Costa

Coordenadoria de Cinema e Audiovisual

Camila Vieira da Silva

Coordenadoria de Diversidade, Acessibilidade e Cidadania Cultural

Rosana Marques Lima

Coordenadoria da Rede Pública de Equipamentos Culturais do Ceará

Caio Anderson Feitosa Carlos

Coordenadoria de Economia Criativa e Fomento Cultural

Raquel Santos Honório

Coordenadoria de Articulação Regional e Participação

Francisco Fábio Santiago

Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional e Planejamento

Patrícia Maria Apolônio de Oliveira

Coordenadoria Administrativo Financeira

Débora Varela Magalhães

Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Governança Digital

Everton Krystian Vieira Rodrigues

COMISSÃO ORGANIZADORA ESTADUAL SECRETARIA DA CULTURA DO CEARÁ

Luisa Cela de Arruda Coelho
Rafael Cordeiro Felismino
Allan Gomes Menezes
Emmanuel Bastos
Selma Maria Santiago Lima
Ernesto de Sousa Gadelha Costa
Francisco Fábio Santiago
Ricardo Bruno Martins Maciel
Everton Krystian
Rosana Marques Lima
Patrícia Maria Apolônio de Oliveira
Vitor Melo Studart

Conselho Estadual de Políticas Culturais

Marilena Lima
Aires Furtado
Aldiane Lima
Bete Pacheco
Flor Fontenele
Francisco Correia Ivo
Lara Leoncio
Marta Maria Soares de Lima
Sílvia Moura

Ministério da Cultura

Bruno Leonardo da Silva Castro

Instituto Dragão do Mar

Lenildo Gomes

Instituto Mirante

João Wilson Damasceno

Coordenação Técnica

Tíciana Studart Albuquerque

COORDENAÇÃO EXECUTIVA ESTADUAL

Secretaria da Cultura do Ceará

Rafael Cordeiro Felismino
José Viana Lavor Júnior
Francisco Fábio Santiago
Isaac Apolônio
Leandro Maciel Silva
Rosana Marques Lima
Selma Maria Santiago Lima
Vanessa Correia Gomes Cabral
Vitor Melo Studart

Conselho Estadual de Políticas Culturais

Marilena Lima
Aldiane Lima
Flor Fontenele
Francisco Correia Ivo
Lara Leoncio

Escritório Estadual - Ministério da Cultura

Andrea Vasconcelos

Instituto Dragão do Mar

Benjamim Diego Lucas Sousa

Instituto Mirante

Camila Rodrigues

Serviço Social do Comércio - SESC/CE

Aline Pinheiro

Conselho dos Dirigentes Municipais de Cultura do Ceará

Denilson Alves Valentim

Coordenação Técnica

Cristina do Vale

4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE CULTURA

Coordenação Geral

Selma Maria Santiago Lima
Francisco Fábio Santiago

Coordenação de Metodologia

Zaneir Gonçalves Teixeira
Patrícia Maria Apolônio de Oliveira
Selma Maria Santiago Lima
Ticiane Studart Albuquerque
Paulo Régis dos Santos Oliveira

Comissão da Elaboração do Documento Base

Ticiane Studart Albuquerque
Rosana Marques Lima
Leandro Maciel Silva
Ihyna Saboya Chacon
Ernesto de Sousa Gadelha
Vitor Melo Studart
Cristina Vale
Jonatas Isaac Apolonio da Silva
Nílbio Thé

Coordenação Técnica

Cristina Vale

Coordenadora de Acessibilidade

Daina Leyton

Ministério da Cultura

Andréa Vasconcelos

Cientista Chefe da Cultura

Zaneir Teixeira

Serviço Social do Comércio - SESC

Aline Pinheiro

ENCONTROS SETORIAIS ESTADUAIS

Coordenador

Leandro Maciel Silva

Articulador dos encontros

Paula Gomes da Silveira
Caio Talmag Nóbrega

ENCONTRO SETORIAL DA 4ª CEC

Coordenador

Ronaldo Agostinho de Souza

Relatora do Encontro

Pamela de Souza Cardoso

EIXOS TEMÁTICOS

Eixo 1

Coordenadora

Cecilia Nunes
Rabelo

Relatora

Thamara Madeiro
Melo

Eixo 2

Coordenadora

Joana Ferreira
Borges

Relator

Anderson da Silva
Aguiar

Eixo 3

Coordenador

Matheus Tremembé

Relatora

Manuela Lustosa
Guerreiro

Eixo 4

Coordenadora

Francisca
(Nenzinha) Ferreira

Relator

Rafael Ferreira da
Silva

Eixo 5

Coordenador

Manoel Johnson
Sales Sousa

Relatora

Maria Andreia
Fernandes Carneiro

Eixo 6

Coordenador

Gyl Giffoni

Relatora

Maria Tatiane de
Sousa Freitas

PLENÁRIAS

Mediador

José Viana Lavor Júnior

Relator

Elivelton De Oliveira Silva

Equipe SESC/CE

Aline Pinheiro
Albert Agnis
Fernanda Wilza
Gilianne Fernand
Henrique Jorge Javi de Sousa
Magno Rodrigues
Jefferson Pereira
João Arnaldo
Pamella Vieira
Rebeca de Castro
Rose Rocha
Sabrina Veras
Virgínia Silveira
Wando Gonçalves

Cerimonial

Palco 1

Stephany Mendes

Palco 2

Pedro Gonçalves

Solenidades

Maria Vitória

Cobertura Audiovisual

Carcará Comunicações

EQUIPE DE COMUNICAÇÃO

Coordenação

Elídia Vidal Brugiolo
Thais Martins Bezerra

Jornalistas

Paula Candice
Antônio Laudenir
Marina Holanda

Fotografia

Lucas Calisto
Jeny Sousa

Design

Paulo Almeida
Saulo Cruz

Redes sociais

Pamela Freire

EQUIPE DE PRODUÇÃO

Aleffer Morais
Aline Cruz
Aline Peandresan
Ana Lúcia Castelo Branco
Antonio Carlos
Beth Reis
Camila Lelis
Fabi Ávila
Fausta Lourenço Cavalcante
Fernanda Gomes
Francisca Antonia Ferreira
Gabriel Gomes
Gabriela Ribeiro Rodrigues
Gerlania Macêdo
Helder Sossa
Islândia Castro
Leydi Sousa
Lia Shara
Mara Jessica
Maria Tatiane De Sousa Freitas
Melissa Santos
Monalisa Marinho
Paulo Gomes
Polyana Loreto
Rafael Amâncio
Rafael Ferreira Da Silva
Samuel Emete
Sara Matos
Sarah Ribeiro
Silviane Vieira
Vilma Ávilla
Wanessa Santos

O CEARÁ EM ESTADO DE CONFERÊNCIA

Organização

Diana Célia Almeida Gomes
Eliza Gunther
Selma Santiago

Consultoria de Conteúdo

Diana Célia Almeida Gomes
Eliza Gunther

Produção Executiva

Glícia Gadelha

Projeto Gráfico e Diagramação

Letícia Bernardo
Isac Bernardo

Fotografia

Jeny Sousa
Lucas Calisto
Maria Haydêe

Foto de capa

Jeny Sousa

Revisão

Ihvna Chacon

Revisão Final

Lara Albuquerque de Menezes

Assessoria de Comunicação da Secretaria da Cultura do Ceará

Paulo Almeida
Saulo Cruz

Realização

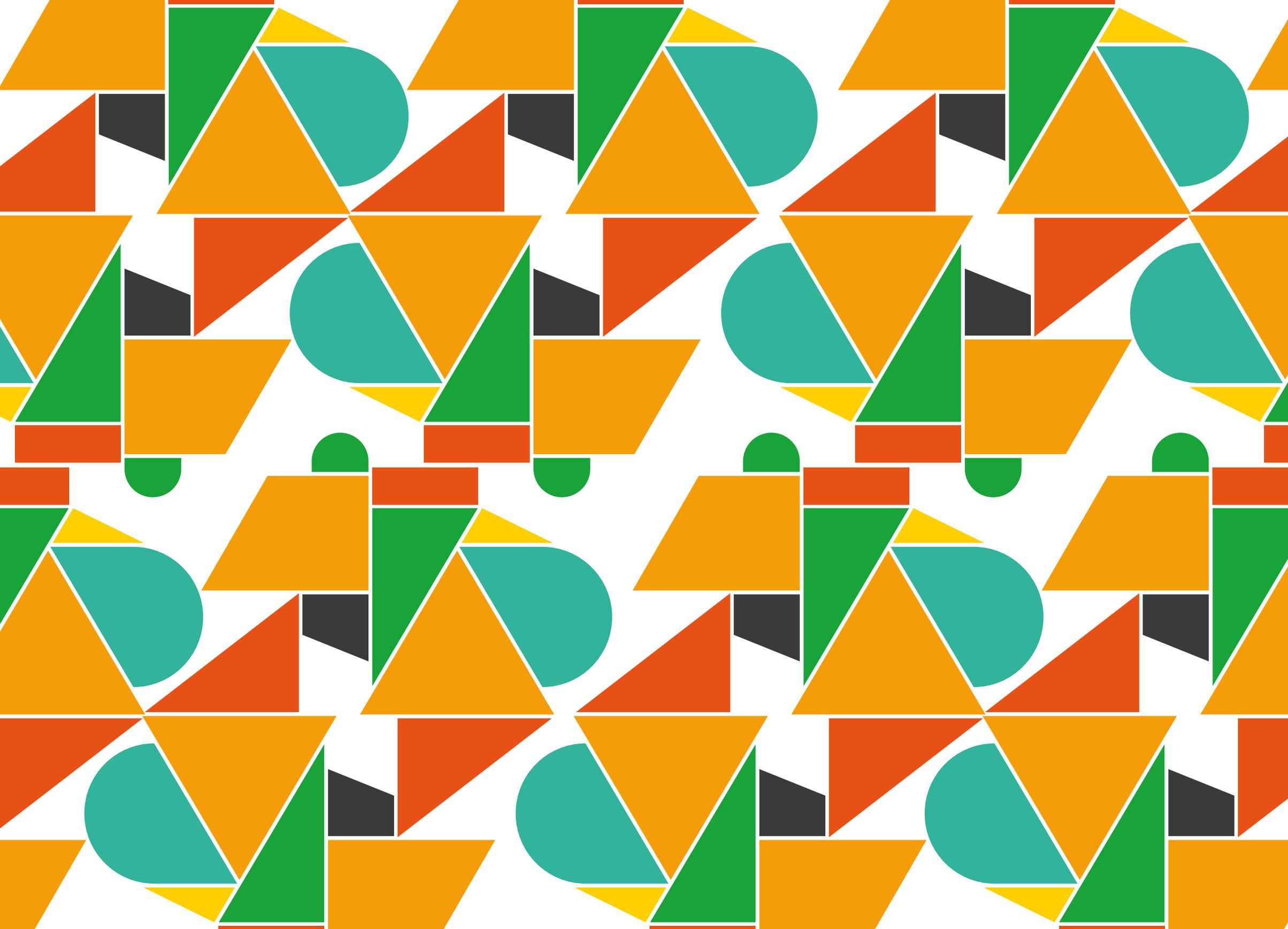
Secretaria da Cultura do Ceará
Conselho Estadual de Política Cultural do Ceará - CEPC

Parceria

Conselho dos Dirigentes Municipais de Cultura do Ceará
Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará
Serviço Social do Comércio do Ceará - SESC/CE



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CULTURA





Apoio



Realização



MINISTÉRIO DA
CULTURA

